



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS ERECHIM
INSTITUTO TÉCNICO DE CAPACITAÇÃO E PESQUISA DA REFORMA
AGRÁRIA
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

FERNANDA DE OLIVEIRA PORTES

**MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS:
EXPRESSANDO RESISTÊNCIA ATRAVÉS DAS *ARPILLERAS***

VERANÓPOLIS

2017

FERNANDA DE OLIVEIRA PORTES

**MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGEM:
EXPRESSANDO RESISTÊNCIA ATRAVÉS DAS *ARPILLERAS***

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em
História pela Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS)
para obtenção do título de graduada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Jade Percassi

VERANÓPOLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Portes, Fernanda de Oliveira
Mulheres Atingidas por Barragens: Expressando
Resistência das Arpilleras/ Fernanda de Oliveira Portes.
-- 2018.
76 f.:il.

Orientadora: Profa. Dra. Jade Percassi. Trabalho
de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Licenciatura em História , Erechim, RS , 2018.

1. Contexto e contradições do setor elétrico brasileiro.
2. A participação das mulheres no movimento.
3. Arpilleras chilenas. 4. Metodologia da produção das
arpilleras no MAB. 5. Resistência das arpilleristas
atingidas. I. Percassi, Profa. Dra. Jade, orient. II.
Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

FERNANDA DE OLIVEIRA PORTES

"MULHERES ATINGIDAS POR BARRAGENS:
EXPRESSANDO RESISTÊNCIA ATRAVÉS DAS ARPILLERAS"

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

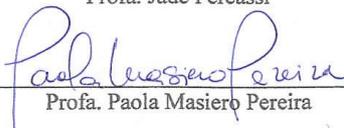
Orientadora: Profa. Jade Percassi

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24.11.17

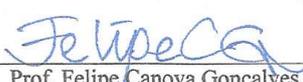
Banca examinadora:



Profa. Jade Percassi



Profa. Paola Masiero Pereira



Prof. Felipe Canova Gonçalves

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa é um esforço coletivo. Agradeço ao – Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB pela confiança ao indicar-me para este curso de Licenciatura em História com objetivo de que a apropriação do conhecimento destes quatro anos e meio venha contribuir para fortalecer a luta do movimento por direitos e pela emancipação humana.

À parceria UFFS\PRONERA\Via Campesina, resultado da luta dos movimentos do campo.

Ao ITERRA um espaço de inserção que proporciona vivência de valores e princípios de uma nova sociedade a ser construída.

Minha gratidão à orientadora Jade Percassi que acolheu minhas angustias, sugestões ajudando a guiar por onde passaria a escrita deixando claro que deveria fazer escolhas e propor alterações.

A todos\as professores, amigos\as, militantes que contribuíram direta ou indiretamente, sendo alguns deles os primeiros a entrar em contato com o meu objeto e dar opiniões.

Aos colegas da Turma Eduardo Galeano pela amizade e ajuda mútua construída neste período.

Este trabalho é resultado de uma produção coletiva.

Metal e Sonho

Pedro Tierra

Organizar a esperança

Conduzir a tempestade

Romper os muros da noite,

Criar sem pedir licença

Um muro de liberdade (...)

“Nessa exigência-esperança de justiça, acredito, manifesta-se de modo mais nítido a natureza da diferença entre cultura do povo e ideologia dominante” (CHAUÍ, 2003, p.63).

RESUMO

As *arpilleras* produzidas no MAB foram um instrumento que denunciou as contradições do Modelo Energético brasileiro em que são construídas as barragens. Este modelo causa impactos sociais, ambientais e econômicos expulsando mais de um milhão de atingidos em todo o país, violando diretamente os direitos humanos da classe trabalhadora, e em especial as mulheres que são duplamente afetadas. Estas mulheres tem enfrentado historicamente as empresas em seu dia a dia. Elas já tinham seus direitos violados por uma sociedade machista e patriarcal, o que nas construções de barragens se agrava mais, não tem direito à participação na decisão da construção dos empreendimentos ou nos direitos após a construção. Para representação desta realidade histórica, o MAB bebeu da fonte da experiência chilena de produção de *arpilleras* para fazer uma experiência similar a partir da experiência de enfrentamento, resistência, luta e conquistas das Mulheres Atingidas por Barragens. A produção das *arpilleras* proporcionou às atingidas através das agulhas, panos, tecidos expressarem aquilo que as sufoca, denunciaram, resgataram a memória da luta histórica do movimento e fortaleceram a luta das mulheres. Para além do registro histórico, as *arpilleras* apresentam um potencial maior a ser aprofundado futuramente no campo da Cultura Popular, elevando-as à uma expressão artística com capacidade de intervenção e transformação da realidade.

Palavras-chave:

Atingidas por barragens - resistência - *arpilleras* - cultura do povo - expressão artística

RESUMEN

Las arpilleras producidas en el Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) fueron un instrumento que denunció las contradicciones del Modelo Energético brasileño dentro del cual son construidas las represas. Este modelo causa impactos sociales, ambientales y económicos, y ha expulsado a más de un millón de afectados en todo el país, violando directamente los derechos humanos de la clase trabajadora, y en especial de las mujeres, que son doblemente afectadas. Estas mujeres han enfrentado históricamente a las empresas en el día a día. Ya tenían sus derechos violados por una sociedad machista y patriarcal, violaciones que se agravan con la construcción de las represas, no tienen derecho a participar en las decisiones de construcción de los emprendimientos, ni tienen acceso a los derechos después de construidos. Para la representación de esta realidad histórica, el MAB bebe de la fuente de la experiencia chilena de producción de arpilleras, que nos inspiró a plasmar el enfrentamiento, la resistencia, lucha y conquistas de las mujeres afectadas por represas. La producción de arpilleras dio a las afectadas la posibilidad de expresar aquello que las sofoca, y les permitió -a través de agujas y tejidos- rescatar la memoria histórica de la lucha del movimiento, fortaleciendo la lucha de las mujeres. Además de su papel como registro histórico, las arpilleras tienen un gran potencial a profundizar en el campo de la Cultura Popular, y representan una forma de expresión artística con capacidad de intervención y transformación de la realidad.

Palabras-clave:

Afectadas por represas - resistencia - arpilleras - cultura del pueblo - expression artistica

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACR - Ambiente de Contratação Regulada

ACL - Ambiente de Contratação Livre

ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais. S.A

CDHH - Conselho Direito da Pessoa Humana

CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

EPE - Empresa de Pesquisa Energética

FURNAS – Centrais Elétricas S.A

FHC – Fernando Henrique Cardoso

MME – Ministério de Minas e Energia

MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens

ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS)

PNAB - Política Nacional de Direitos às Populações Atingidas por Barragens

PCH – Pequena Central Hidrelétrica

UHE – Usina Hidrelétrica de Energia

UFFS – Universidade Federal Fronteira Sul

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01: Arpillera Queremos Democracia.....	40
FIGURA 02: <i>Arpillera</i> : Homenaje a Los Caidos.....	43
FIGURA 03: Foto da exposição das <i>Arpilleras</i> chilenas na Argentina.....	45
FIGURA 04: <i>Arpillera</i> : Afogadas pelo Modelo Energético Brasileiro.....	45
FIGURA 05: <i>Arpillera</i> : Deita que eu quero.....	49
FIGURA 06: <i>Arpillera</i> : Epidemia Psicosocial.....	50
FIGURA 07: <i>Arpillera</i> : Mulheres, Água e Energia não são Mercadorias!.....	52

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 CONTEXTO E CONTRADIÇÕES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO	16
1.1 A disputa e apropriação dos capitalistas pelas fontes de energia elétrica mundial.....	16
1.2 Breve histórico do Setor Elétrico Brasileiro: estatização e privatização.....	18
1.3 Formação do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.....	24
1.4 A participação das mulheres no movimento.....	28
CAPÍTULO 2 - ARPILLERAS CHILENAS	32
2.1 Processo histórico do Chile entre 1970 a 1990 – repressão e resistência.....	32
2.2 <i>Arpilleiras</i> chilenas como uma expressão de denúncia luta e resistência à ditadura de Pinochet em (1973-1990).....	36
2.3 Primeiro contato das mulheres atingidas por barragens do Brasil com as <i>arpilleras</i> chilenas.....	42
CAPÍTULO 3 - ARPILLERAS NO MAB: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA	47
3.1 Metodologia da produção: armando agulhas para tecer as linhas no juntar dos tecidos: produção de <i>arpilleras</i> as no MAB.....	47
3.2 Resistência das <i>arpilleristas</i> atingidas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS BBLIOGRÁFICAS	64
ANEXOS	69

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta uma experiência concreta no Movimento Atingidos por Barragens – a “produção das *arpilleras*” feita por Mulheres Atingidas por Barragens. O objetivo central, é mostrar como as *arpilleiras* fizeram a denúncia do Modelo de desenvolvimento que orienta a construção de barragens no Brasil, representando a realidade de enfrentamento, luta, resistência e conquista de direitos das Mulheres Atingidas por Barragens enquanto sujeitas identificando o potencial das *arpilleras* para além de um instrumento de registro histórico, mas também como uma forma de expressão de resistência inserida na Cultura Popular.

Metodologicamente a pesquisa foi de investigação dos impactos das construções de barragens na vida dos atingidos em especial as mulheres, expressados nas *arpilleras*. A partir dos objetivos estabelecidos, a pesquisa se desenvolveu de modo a aprofundar a realidade, interpretar os fatos e identificar as causas dos conflitos em uma narrativa coletiva das atingidas por barragens. Foi realizado um estudo bibliográfico e estudo descritivo: a iconografia, da representação visual, simbologia, imagens, no caso, fotos das *arpilleras*.

Objeto de estudo

A realidade do Modelo Energético brasileiro atinge a classe trabalhadora violando direitos. Neste contexto nascem os processos de lutas e resistência. Dentre os movimentos populares que discutem o modelo hegemônico capitalista e aponta suas consequências, atua o MAB, que por mais de 25 anos de história, faz denúncias e confronta as injustiças causadas pelas construções de barragens na vida das populações ribeirinhas, indígenas, camponeses, a classe trabalhadora como um todo.

As mulheres são atingidas de maneira brutal. Além das perdas materiais que são grandes, existem perdas imensuráveis e irreparáveis em que os empreendedores não as levam em consideração, porque a lógica de desenvolvimento está calcada no lucro, e não na preocupação com vida humana. É de grande importância pensar onde são construídas estas barragens, como elas atingem a vida das mulheres, adicionam complexidades e conflitos à realidade histórica por desigualdades que têm origem da opressão marcada por uma sociedade capitalista, patriarcal e machista. “Nós mulheres, temos sido as *“principais vítimas destes processos de empobrecimento e marginalização*”¹”.

¹ MAB, 2015, p. 12.

É necessário fazer uma abordagem desta realidade na qual estão inserida estas Mulheres Atingidas por Barragens, de forma a interpretar, analisar e escrever a história destas pessoas comuns, com objetivo de aprofundar os conflitos vivenciados por elas e tira-las da invisibilidade. O MAB reconhece que estas Mulheres Atingidas por Barragens historicamente enfrentaram as empresas construtoras de barragens, tiveram resistência e lutaram a favor dos direitos dos atingidos\as. Neste sentido o movimento tem como luta prioritária a Política Nacional dos Atingidos por Barragens – PNAB e um Projeto Energético Popular para o Brasil, com inserção da pauta das mulheres, colocando-as em condição de sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento com um trabalho que possibilite a auto-organização e emancipação das mesmas.

O trabalho esta dividido em três partes:

Primeira parte: apresentação das contradições do Modelo Energético brasileiro, os impactos socioambientais, políticos, econômicos e culturais vivido pelos atingidos\as decorrentes das construções de barragens e como atingem a classe trabalhadora como um todo. Desta contradição nasce o MAB que vai dialogar com a sociedade para dar visibilidade a luta e resistência dos atingidos\as por barragens e emerge a participação das mulheres, que se somam a esta luta e resistência.

Segunda parte: resgatar a história da produção das *arpilleiras* chilenas, para entender o contexto que ela nasce e a posição que toma de denunciar e enfrentar as atrocidades cometidas pelo regime ditadura de Pinochet (1973-1990) além de terem sido produzidas para geração de renda. Esta tem sido uma prática histórica de representação que começou no Chile e se espalhou em vários países da América Latina. As *arpilleras* chilenas narraram o que o povo estava passando economicamente e socialmente inclusive a tortura das famílias chilenas. O MAB se inspirou nesta experiência de resistência. Ela vem sendo utilizada para representar a realidade das mulheres atingidas por barragens, que denunciou o Modelo de desenvolvimento no Brasil e as consequências decorrentes destas construções de barragens na vida dos atingidos em especial na vida das mulheres. Além destas mulheres historicamente serem vítimas de uma sociedade capitalista, machista e patriarcal, a situação delas é mais agravante na construção de barragens, tem seus direitos duplamente violados, não são levadas em consideração na implantação e operação das usinas e pequenas centrais hidrelétricas e não reconhecimento das mesmas.

E por fim, a terceira parte: apresentar a metodologia que o MAB utilizou para produzir as *arpilleras* pelas Mulheres Atingidas por Barragens organizadas no movimento no período

entre 2013 e 2015 em cinco regiões do Brasil, denunciando os direitos violados na construção, implementação e operação das Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCHs e Usinas Hidrelétricas de Energia UHEs. São *arpilleras* de denúncia das perdas materiais e imateriais, sendo que estas não contam valor para os empreendedores. Uma das produções apresentadas neste trabalho será a *arpilleira*: “EPIDEMIA PSICOSOCIAL, uma *arpilleira* mineira, das Atingidas de Itueta (Vale do rio Doce), realizada em novembro 2014. Na *arpillera*, é expressada que para além dos impactos materiais, os atingidos\as tiveram perdas ligadas as questões sociais e familiares que atingiram sentimentos de pertença, com muitas pessoas com depressão, etc. A segunda *arpillera*: MULHERES ÁGUA E ENERGIA NÃO SÃO MERCADORIA!, a *arpillera*, do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, realizada agosto de 2014. Na *arpillera* é expressada a importância das mulheres no espaço político e a presença na esfera pública.

Os temas levantados até agora de estudos sobre as *arpilleras* são sobre registros de memória na representação de sujeitos que lutaram por mudanças e se posicionaram diante dos problemas de seu país, seja no contexto da ditadura Pinochet ou do Modelo Energético Brasileiro. A leitura destas representações vai dar início comentários e indagações para estudos futuros, sobre suas potencialidades de expressão de resistência dentro da Cultura Popular.

Sabemos que a invenção de uma história conservadora e dominante em uma sociedade onde as relações de poder capitalista e patriarcal são enraizadas, não deixam mostrar aspectos da história das mulheres, que elas sempre tiveram um importante protagonismo nas revoltas, processos revolucionários e nos movimentos sociais populares. No entanto, é negado este protagonismo e as mulheres são colocadas na invisibilidade. A produção das *arpilleras* feita pelas mulheres organizadas no MAB, é um instrumento que narrou uma história vivenciada pelas mulheres atingidas em uma realidade de luta, enfrentamento e resistência permitindo um produto final com um significado social, mostrando aspectos de uma narrativa que deu voz aos oprimidos na perspectiva de sujeitos despertando sua consciência.

A importância do conteúdo acadêmico e científico para a realização do trabalho

Meu contato com a produção científica do conhecimento se deu através da graduação na Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, durante o período 2013 a 2017. Os trabalhos desenvolvidos a partir das disciplinas, foram muito importante para meu aprendizado da relação entre teoria e prática. As disciplinas cursadas Teoria e Metodologia da História e optativa História da Arte foram fundamentais para a elaboração deste trabalho.

Destaco a importância do contato com o conceito da história “dos de baixo”, apresentando a necessidade de restaurar a história de sujeitos que não estão na história oficial e a contribuição dos mesmos.

Neste sentido, para narrar esta história de violação de direitos das atingidas por barragens, não basta meramente identifica-la, mas reconhecer o papel de sujeitas que desempenham na luta por direitos dentro desta realidade e as *arpilleiras* como uma ferramenta de luta política que o MAB resgata do Chile para representar a realidade destas mulheres, não só por imitação, mas principalmente proporcionar a crítica das relações sociais e políticas mostrando as experiências de enfrentamento, luta e resistência visando a promoção dos direitos humanos e interesses das mulheres.

Não acredito realizar uma pesquisa de forma imparcial. A pesquisadora assume um compromisso filosófico e compartilha de um projeto de sociedade diferente do vigente na atualidade, o trabalho representa nossas convicções intelectuais, como também nossa visão política e nossas opções filosóficas. Apresentar esta realidade ligando teoria e práxis, a realidade histórica e o pensamento social sem separar pesquisador e realidade. A perspectiva que este trabalho faça comentários e indagações para estudos futuros.

Minha expectativa no desenvolvimento do trabalho enquanto graduanda em Licenciatura de História Universidade Fronteira Sul (UFFS), é aplicar os conhecimentos adquiridos nestes quatro anos de vida acadêmica a fim de buscar fazer uma abordagem baseada em autores que já trabalharam o assunto, fazendo uma interpretação de determinado período histórico e tema, que se aproxima mais da realidade vivida das mulheres atingidas pelas construções das barragens no Brasil. Esta análise ainda permitirá contribuir com o movimento em dois aspectos: ressaltar a importância da luta das mulheres atingidas para a emancipação humana e o esforço que o movimento fez de aproximar esta realidade em uma obra com valores estéticos e artísticos inseridos ao conjunto de manifestações que compõem a Cultura Popular.

CAPÍTULO 1 CONTEXTO E CONTRADIÇÕES DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO

Não é a preocupação central deste capítulo historicizar a indústria da energia elétrica brasileira, porque não é o foco deste trabalho, e sim de forma breve trazer alguns elementos históricos marcantes que contribuíram para a reestruturação do setor elétrico brasileiro até os dias atuais e as consequências para a classe trabalhadora como um todo. Este modelo é vertical e é operado de acordo com o interesse do capital em aumentar suas taxas de lucro, gera contradições impactantes para o âmbito socioambiental, político, econômico e cultural, além dos altos preços das tarifas que a população é obrigada a pagar.

É desta contradição que nasce o MAB, que vai denunciar estas contradições vividas pelos atingidos, e dialogar com a sociedade para dar visibilidade a luta e resistência dos atingidos por barragens. Nesse processo, emerge a participação das mulheres nas lutas, que são atingidas duplamente pelo machismo presente na sociedade e pelas construções de barragens.

1.1 A disputa e apropriação dos capitalistas pelas fontes de energia elétrica mundial

Os países centrais, para manter seu desenvolvimento usam qualquer pretexto para intervir nos países periféricos e explorar recursos naturais como: petróleo, água, gás, entre outros, além do trabalhador/a de forma a mercantilizá-los. Esta transformação gera sociedades cujas histórias estão baseadas em exploração, desastres ambientais, opressões, calamidades sociais, culturais, etc., transforma tudo em mercadoria para gerar valor. A apropriação dos recursos naturais de forma predatória e a força do trabalho dos trabalhadores confirma esta lógica.

Com o avanço do modo de produção capitalista, cada vez mais a indústria intensificou a exploração do trabalho do trabalhador para possibilitar mais lucro aos donos dos meios de produção. Nesta lógica os capitalistas pensaram uma estratégia de mudanças estruturais e organizacional de produção histórica da indústria elétrica mundial, submetidas a uma lógica de obtenção de lucros e colocando fora qualquer forma de participação do povo pelas decisões. E para esconder da sociedade a importância estratégica da energia para a sua produção, os capitalistas reproduziram a ideia de que a energia é algo da natureza sem trabalho humano, para na verdade esconder a apropriação e exploração dos recursos naturais

energéticos e as tecnologias, as relações sociais por trás da produção de um produto que tem sua importância social para transporte, iluminação, telecomunicações, produção de produtos de consumo, entre outros.

Assim, a noção energia não é algo objetivo na natureza sem vestígios sociais. O objetivo na natureza-social são as transformações que os seres sociais, do modo de produção capitalista, realizam na interação-produção social. Desse modo, a energia é uma noção desenvolvida, no interior da sociedade capitalista, frente a necessidade de compreender – qualificar e qualificar – as transformações objetivas decorrentes da incorporação de fenômenos naturais como forças produtivas para fortalecer e intensificar a reprodução do valor. (GONÇALVES, 2007, p. 139).

Dentro dessa mesma lógica capitalista, a energia elétrica é uma mercadoria² especial e imprescindível socialmente. Ela tem dupla função: é um produto de uso social, bem de consumo que propicia aos trabalhadores melhores condições de trabalho e da vida, e na produção para mover as máquinas e equipamentos, tendo a vantagem de aumentar a produtividade do trabalho com objetivo de gerar mais lucro para os capitalistas. Existem unidades diferentes de tecnologias para produzirem eletricidade como: termoelétricas(gás, carvão e petróleo), sendo a base mundial energética principal, hidroeletricidade. Pelo alto grau de consumo da base energética petróleo base principal de geração de energia elétrica, em especial nos países desenvolvidos, surge as crises e disputas pela apropriação das fontes. Atualmente, temos acompanhado a disputa pelas fontes energéticas no mundo inteiro e tem sido motivo de guerras e muitos golpes, principalmente na América Latina, que historicamente foi saqueada, fornecendo matéria-prima para o desenvolvimento do capital numa lógica de ser explorada para atender o mercado mundial, em um padrão exportador.

Nesta disputa, a base de matriz mundial é fóssil (petróleo, carvão e gás), não renovável, e o Brasil é alvo, pois possui uma grande vantagem frente ao cenário mundial, pela abundância de recurso renovável: a água. “As usinas hidrelétricas são responsáveis pela geração de mais de 75% da eletricidade do país”³. Segundo dados da – Câmara de

² Sob condições capitalistas, entretanto, os objetos são reduzidos a mercadorias: eles existem meramente em função de seu valor de troca, de serem comprados e vendidos. E quando a isto, quaisquer duas mercadorias do mesmo valor são reduzidas a uma igualdade abstrata entre elas. Suas qualidades sensíveis específicas são assim deletariamente ignoradas, à medida que a diferença é dominada pela identidade. Mas isto vale igualmente para os seres humanos sob o mesmo sistema social. Sob condições de mercado, os indivíduos se confrontam enquanto entidades abstratas, intercambiáveis; os trabalhadores tornam-se mercadorias, vendendo sua força de trabalho para quem paga mais; e o capitalista não importa o que produz desde que seja lucrativo (MARX 1818-1883 apud EAGLETON, 1999, p. 25).

³ Informação retirada do site governo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/matriz->

Comercialização de Energia Elétrica - CCEE o Brasil tem uma matriz energética principal a base de hidroeletricidade. Atualmente estão sendo utilizados cerca de 89.190MW do potencial instalado, estima-se que o potencial hidráulico seja de 260 GW - dados do Atlas de Energia Elétrica do Brasil, Aneel, 2008, apenas 68% foi inventariado ou seja estudado para avaliar o potencial hidráulico, e aproveitado 34% do potencial hidráulico, entre as bacias com maior potencial destaca o Rio Amazonas e o Rio Paraná⁴.

Este potencial atrai capitalistas do mundo inteiro, pois o rendimento e a eficiência da geração hidráulica é muito mais vantajosa do que as demais fontes, é de quase 90% enquanto as demais fontes com base no petróleo chegam a 25% do rendimento. É uma fonte considerada renovável, alterando sua intensidade conforme as estações do ano, a mesma água de um rio pode ser utilizada diversas vezes, basta que sejam construídas diversas hidrelétricas em forma de cascata. Além disso o Brasil possui o chamado “Sistema interligado” que permite levar e ceder energia de uma região para outra, conforme a intensidade das chuvas, fazendo os lagos das hidrelétricas funcionarem como grandes caixas d’água interligadas.

1.2 Breve histórico do Setor Elétrico Brasileiro: estatização e privatização

As mudanças [após segunda guerra mundial]⁵ acarretaram o fim das restrições econômicas impostas por estes conflitos, apontou um novo momento de funcionamento do mercado mundial, a retomada de investimentos pelo Estados Nacionais. Por Dias, duas principais correntes do pensamento econômico no Brasil se destacaram neste período, pós segunda guerra mundial: a primeira defendia uma intervenção do Estado tanto na economia quanto na infra estrutura, em que o capital privado não tivesse condições de arcar. A segunda corrente, defendia o liberalismo econômico, onde era contrário a intervenção do Estado na indústria nacional e se mostrava favorável a entrada do capital estrangeiro para investir na indústria (DIAS, 1988).

Na década de 1950, o capital internacional tinha uma demanda de geração de energia elétrica para seu desenvolvimento econômico, e era de interesse dos capitalistas nacionais e

energética. Acesso 04\11\2017.

⁴ Informação retirada do site ANEEL. Disponível em:

http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_3.htm. Acessado 03\11\2017.

⁵ Na segunda guerra, grande número de ataques aos civis, incluindo o holocausto, armas nucleares conflito letal, calamidade, fascismo e regimes autoritários, uma catástrofe, as contradições das guerras tinham efeitos cruéis sobre a população e militares. A humanidade teve que aprender a conviver com um mundo de matança, a tortura e o exílio em massa se tornarem experiências do dia a dia. No fim da guerra com a vitória da Rússia sob Alemanha os dois lados ficam destruídos (HOBSBAWM, 1994).

internacionais que o estado fosse responsável pela expansão da indústria da energia elétrica para atender este desenvolvimento econômico. Neste caso, os gastos de infra ficariam a cargo do Estado. Houve uma mudança do papel do Estado, no Brasil ampliou-se também sua participação no planejamento e investimento da indústria da eletricidade. Foi nesta lógica que entre a década 1950 e 1960 do século XX se consolidou o setor de energia elétrica no Brasil. A política de investimento do Estado focou no setor da geração de energia, enquanto que a transmissão e a comercialização ficou nas mãos da iniciativa privada, não tinha aqui confronto entre público e privado, porque os gastos eram do Estado e o lucro dos capitalistas com a transmissão e comercialização, além do que quem ditava as regras para o Estado eram os capitalistas.

Durante os anos 1950, ainda como prova de que esta política não se tratava de um confronto entre Estado e a iniciativa privada, o governo adotou a posição de que a maioria dos investimentos em geração e transmissão de energia, necessários para acompanhar o crescimento urbano industrial do país, ocorreria para meio de empresas estatais criadas nessa época, ao passo que a distribuição continuava a cargo do setor privado (light AMFORP), apud (GONÇALVES, 2002, p. 109).

Neste período entre as décadas de 1950 e 1960 consolidou-se as grandes estatais do setor elétrico com três marcos importantes: o primeiro, a criação de uma das principais concessionárias de energia elétrica do Brasil, a (Companhia Energética de Minas Gerais S.A) – CEMIG. Para realizar o plano de eletrificação do estado foi construída a grande hidrelétrica brasileira Centrais Elétricas S.A – FURNAS, conhecida no período como a maior hidrelétrica da América Latina. O segundo marco, o primeiro Ministério de Minas e Energia - MME no governo Juscelino Kubitschek com a expansão do setor produtivo estatal na área de energia. “Com orbita específica da administração federal encarregada de todos os estudos e despachos dos assuntos relacionados à energia e produção mineral (GCPS, 2002, p. 20),”. E por fim o terceiro marco foi a constituição da Eletrobrás. “Em 25 de abril de 1961, o presidente Jânio Quadros sancionou a Lei nº 3.890- a, autorizando a União a proceder à constituição da Eletrobrás”(GCPS, 2002, p.21), uma única empresa para conduzir a produção e controlar a distribuição da eletricidade do país. A constituição da Petrobrás sofreu oposição do capital monopolista da intervenção estatal no setor elétrico brasileiro, uma forma de conter o aceleramento dos altos lucros destas empresas. “A empresa foi oficialmente instalada em 11 de Junho de 1962, já no governo João Goulart, passando a administrar o Fundo Federal de Eletrificação e a carteira de aplicações efetuadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento

Econômico e Social - BNDES junto às concessionárias⁶”.

Na década de 1960 o governo federal ainda tinha controle de toda a cadeia da energia nas três etapas desde a geração de energia elétrica na barragem até chegar às casas dos consumidores residenciais: a geração de energia (controlava a construção das barragens e a energia gerada), a transmissão e a distribuição/comercialização, mas como gerenciador já encontrava dificuldades com o padrão de investimento. Neste período importantes forças da sociedade se colocam para discutir o modelo os caminhos alternativos do desenvolvimento econômico e as propostas para o país.

Um preconizava o desenvolvimento nacional de modo a manter a associação da economia brasileira com o capitalismo internacional, e o outro, de retomada do projeto do Estado Nacional como forma de expansão do capitalismo nacional. Projeto que tinha apoio também das forças progressistas, que viam na possibilidade de expansão do aparelho estatal uma forma de produzir avanços e progressos sociais no campo e na cidade para a classe trabalhadora e preconizavam as reformas de base (GONÇALVES, 2002, p. 120).

A crescente politização das populações urbanas e rurais na década de 1960, convergem em uma união de interesses enquanto classe trabalhadora mesmo com pautas específicas destas populações. Os capitalistas locais e internacionais com medo destas forças crescerem, se juntaram com a oligarquia nacional frente aos seus interesses de manter os lucros e para dar o Golpe Militar de 1964. No poder do Estado brasileiro, os militares adotaram medidas de conter as reivindicações destas populações com muita repressão. Em relação à economia, os interesses dos capitalistas nacionais e internacionais de expansão de produção mundial, o Brasil neste período recebeu muitas indústrias e precisava aumentar a geração de energia, o Estado investiu nos setores de infra-estrutura para garantir este desenvolvimento.

O setor elétrico que havia se consolidado nas décadas de 1950 e 1960, expandiu de forma extraordinária no Estado Militar de 1964 a 1985. Foram construídas hidrelétricas de grandes portes como: Tucuruí, Itaipu, Sobradinho, entre outras, a implantação de indústrias altamente intensivas em energia nuclear, entre outros. Populações inteiras foram expulsas, despejadas de seus territórios etc.

O governo militar, como condutor das políticas preconizadas pelo capital nacional e internacional, tinha como pressuposto fundamental, a continuidade e a expansão do Estado como planejador e executor do sistema Elétrico Nacional. De um modo

⁶ GCPS, 2002, p.21

geral, coube ao Estado realizar, organizar, implantar e colocar em operação, praticamente a totalidade dos serviços de infra-estrutura, bem como das principais indústrias de base, neste período (GONÇALVES, 2002, p. 122).

No contexto mundial a década de 1970 é marcada pela primeira crise internacional energética do petróleo, a crise elevou os custos de produção industrial e os países centrais passaram a disputar potencial energético dos países periféricos, à procura de recursos naturais em abundância com baixo custo de produção e mão-de-obra barata. A estratégia dos capitalistas era da retomada da taxa de acumulação do capital. Inicia-se um processo de implantação do neoliberalismo nos países centrais e depois os da periferia.

Portanto, para o pensamento hegemônico, uma nova institucionalidade tinha que ser estabelecida no âmbito do Estado. Os pré-requisitos para implantação do novo quadro institucional organizativo da produção, de imediato, são a: privatização; a (des) regulamentação e a criação de um ambiente de competição em todos os segmentos da indústria elétrica. “Os estudos” para enfrentar o desafio de garantir: a expansão da oferta de energia; com qualidade e a preços reduzidos, passaram a exigir “novo paradigma” para a organização da indústria da energia elétrica. A nova organização deveria estar centrada no mercado. Pois, “o mercado” estabelece preços; organiza a produção; distribui os produtos; racionaliza a produção e provê a necessidade futura”(BILLAS apud, GONÇALVES, 2007, p. 72).

Na década de 1990, o neoliberalismo⁷ como pensamento hegemônico imposto mundialmente a partir da década de 1970 na Europa, chega no Brasil, através do ideário do governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, que permitiu a experimentar políticas como a desregulação econômica, privatização, retirada do Estado de esferas sociais (...) reforçado a transformação da burguesia nacional em burguesia local, mais internacionalizadas e associadas ao capital estrangeiro”⁸. O eixo central estava vinculado a competição na produção, e justificava que o Estado como agente era ineficientes na administração e causava prejuízos, uma justificativa para tentar desmoralizar o que era público e passar a ser privado.

⁷ O neoliberalismo converge com a internacionalização da economia. A fragmentação mundial dos processos de fabricação e a transferência da indústria para o Oriente Consolidam a primazia das empresas transnacionais. As grandes empresas utilizam as normas do livre-comércio e as baixas taxas para desenvolver intercâmbios entre suas filiais. Este movimentos sustentam, além disso, a globalização financeira e o fluxo vertiginoso de capitais entre os vários países (...) O neoliberalismo contraiu os rendimentos da população, afetou a capacidade de consumo, aumentou a superprodução de mercadorias e agravou várias modalidades de superacumulação de capital. Além disso, intensificou uma deterioração do meio ambiente que ameaça desencadear desastres ecológicos inéditos (KATZ, Claudio. Neoliberalismo ,neodesenvolvimentismo socialismo. São Paulo. Expressão Popular, 2016 (p.80-81).

⁸ Id., p.34.

Em momento de crise, o capital também disputa o Estado para protegê-lo ou privatizar setores estatais estratégicos à sua produção.

O governo de FHC passou a atuar para favorecer as grandes corporações internacionais e entregar o patrimônio do país, a soberania da água e energia ao capital privado. As principais empresas do setor elétrico brasileiro foram privatizadas, entregue a empresas particulares e estrangeiras a baixo preço de compra para vender a energia a altos preços para obterem lucros extraordinários. A partir da década de 1990, a maior parte da indústria elétrica brasileira foi vendida para as empresas multinacionais que controlam esta cadeia produtiva a nível mundial. FHC desnacionalizou a economia.

Em relatório do BNDS, constata-se que no Brasil foi implementada a maior reforma patrimonial do mundo. De 1990 a 2002, foi transferido a iniciativa privada – 48% para investidores estrangeiros – os setores : financeiro; siderúrgico; petroquímico; mineração; parte da geração de eletricidade; a quase totalidade da distribuição de eletricidade e de gás; o transporte – fluviais, marítimos, portos, ferrovias e rodovias - ; de telecomunicação; e parte do serviço de saneamento; entre outras, atividades fundamentais ligadas as indústrias de base e infra-estrutura, que até então eram desempenhadas pelo estado brasileiro... (GONÇALVES, 2007, p.25).

Para atender os capitalistas, houve mudanças na legislação, criou-se órgãos, agências, conselhos entre outras estruturas institucionais que contribuíram para o governo dar de presente o patrimônio nacional para o capital estrangeiro. Uma das estruturas institucionais criada neste período foi a Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), que surgiu neste contexto de privatização do setor para dar mais autonomia às empresas privadas, com finalidade de regular os valores das tarifas para atender os interesses do capital, colocando a tarifa a preço no patamar internacional. Outros órgãos que foram criadas com objetivo de “despolitizar o debate da energia” como se fossem questões “técnicas e neutras” como o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE). O objetivo era tirar qualquer possibilidade de participação popular. As construções de barragens neste contexto continuavam sendo financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES com dinheiro público, e a venda da energia passou a ser a principal de sustentação do atual modelo.

“Em 1999, após um crescendo da implementação de medidas pró-reestruturação e já com um número significativo de empresas vendidas, alguns resultados tornavam-se perceptíveis”. (SAUER, 2004, p.49), uma reestruturação que causou inúmeros impactos para o conjunto da sociedade brasileira. “De imediato, foi possível antecipar que a privatização de

distribuidoras aliada a alteração da política tarifária redundaria em sucessivos aumentos tarifários”. (SAUER, 2004, p.49) e falta de investimentos no setor. A cadeia produtiva que antes era coordenada por uma empresa e estatal, agora tem a entrada de várias empresas no setor sem controle, com isso a principal mudança deste processo de privatização que o setor sofreu, diz respeito o fracionamento do setor em vários segmentos de negócios – geração, transmissão, distribuição e comercialização.

Criaram dois tipos de mercado de energia no Brasil: “Consumidores Cativos e Livres”, que nas relações comerciais do atual Modelo Energético brasileiro se estabelece da seguinte forma segundo Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE⁹: ACR (Ambiente de Contratação Regulada) onde estão os consumidores cativos\residenciais e médias indústrias e pontos comerciais e ACL (Ambiente de Contratação Livre) formado pelos consumidores livres. No caso da comercialização da energia elétrica todos os contratos de venda e compra da energia tanto da ACR quanto da ACL devem ser registradas na CCEE¹⁰, enquanto consumidores “livres” (grandes consumidores), empresas eletro intensivas exportadora de commodities, consomem em média 30% do total da energia do país, paga pela mesma, ao preço de custo real da energia hídrica, consumidores “cativos” que atualmente é em torno de (60 milhões) residenciais e as pequenas e médias indústrias e pontos comerciais, a estes o valor da tarifa foi elevada a preço internacional, a tarifa brasileira é a 6ª mais cara do mundo, como se estivesse produzindo energia térmica.

Então, quem são os donos da energia? No Brasil, a energia elétrica é controlada principalmente por empresas transnacionais que concentram 70% da distribuição e 30% da produção e cerca de 30% da energia das hidrelétricas é consumida por 665 grandes empresas, como empresas da energia mundial: SUEZ e AES; empresas mineradoras e metalúrgicas: Gerdau, Vale e Alstom, empresas do agronegócio como Amaggi, Bunge e Aracruz, entre outras.

⁹ O CCEE viabiliza compra e venda da energia em todo o Sistema Interligado no Brasil. Constituída em 2004 como associação civil sem fins lucrativos. Entre suas atribuições: implantar e divulgar regras e procedimentos de comercialização; manter o registro de dados de energia gerada e de energia consumida; realizar leilões de energia de reserva, sob delegação da Aneel, e efetuar a liquidação financeira dos montantes contratos nesses leilões. Atua em sintonia com demais instituições brasileiras: Conselho Nacional de Política Energética - CNPE; Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE; Ministério de Minas e Energia – MME; Empresa de Pesquisa Energética – EPE; Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. Informação retirada do site CCEE. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/quem-somos/razao-de-ser?_adf.ctrl-state=1612qcgknp_4&_afzLoop=224293531209635#!%40%40%3F_afzLo. Acessado 04\11\2017.

¹⁰ Informação retirada do site CCEE. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/comercializacao?_adf.ctrl-state=1612qcgknp_4&_afzLoop=158899397579162#! Acessado dia 07\11\2017.

Não houve investimentos em melhorias dos serviços, além disso, as empresas distribuidoras e as companhias energéticas que continuaram sob o poder estatal passaram a ser fortemente sucateadas, e a possibilidade de industrializar o país foi sendo cada vez mais reduzida. Em 1990 a energia subiu 90% e em 2000 subiu 400%. Em torno do ano 2000 as metas de investimento pelas empresas privadas não foram cumpridas, e tivemos o acontecimento histórico no país, o apagão.

Atualmente com este Modelo Energético no Brasil se paga a 6ª tarifa mais cara do mundo, energia produzida através da água no mesmo preço que se produz a partir de fontes fósseis. Neste sentido, a energia deixa de ser serviço público de necessidade humana e se transforma em mercadoria para obter lucros extraordinário aos capitalistas, mesmo as empresas que ainda são estatais entraram nesta lógica, pois parte das ações das empresas estatais são das empresas privadas. As consequências recaíram sobre o consumidor cativo, trabalhadores do setor elétrico e os atingidos pelas construções de barragens.

1.3 Formação do Movimento dos Atingidos por Barragens

De acordo com o MAB (2015, p.26) o Brasil tem construídas mais de duas mil barragens, que geraram conflitos, econômicos, sociais e culturais irreversíveis, considerando os atingidos e novos projetos, há mais de 2 milhões de atingidos, de acordo com a Comissão Mundial de Barragens, 70% sem nenhum tipo de reparação. E as famílias próximas dos lagos não tem energia. O país ainda tem um potencial para construir mais de 1.500 barragens que poderão expulsar mais de um milhão de pessoas de suas casas e terras nos próximos 20 anos. Mesmo que o país busque outras fontes de produção de energia elétrica, como a eólica dos ventos, solar, biomassas, entre outras, não adianta mudar as fontes se não mudar a lógica. “Energia para que e para quem?”.

As consequências não são lucrativas e sim desastrosas para a população indígena, ribeirinha, urbana, para o município, para toda a região e para o país das barragens construídas nesta lógica apresentada anteriormente neste trabalho. O velho discurso do desenvolvimento bastante utilizado pelas empresas multinacionais como justificativa é um discurso enganoso, que não se sustenta na prática. As empresas chegam, se instalam, degradam os territórios, alteram os modos de vida das famílias, e o lucro obtido é exportado para os seus países de origem. Nenhum recurso é investido nos municípios e regiões atingidas pelas obras. O desenvolvimento fica muito longe de acontecer diante do prometido.

Neste contexto de desenvolvimento de indústria nacional e de contradições que se produz energia que surge o movimento. As populações atingidas pelos empreendimentos no

primeiro momento se organizaram localmente e regionalmente. De acordo com Associação Nacional dos Atingidos por Barragens – (ANAB, 2013) a organização dos atingidos: indígenas, agricultores, quilombolas, ribeirinhos e outras categorias, iniciou por comissões regionais dos atingidos, no primeiro momento de forma mais isolada na luta pelos seus direitos, buscavam indenização justa. A primeira organização vai ser as várias comissões, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), a CAHTU na região Sul, (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRACOHX (Comissão Regional dos Atingidos pelo Complexo Hidrelétrico do Xingu), na região norte, CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Iguaçu). No caso da UHE de Sobradinho na região nordeste do Brasil a população se organizou via sindicato¹¹.

Em um período de golpe, o tratamento era autoritário, as populações não tinham direito de participar da discussão e queriam ou não a construção de barragens o que não limitou a reação de abaixo assinados, trancamentos de estradas, reuniões, ocupações nas obras entre outras ações. Os atingidos lutaram contra e cobraram das empresas estatais Terra Sim e Barragem Não.

No ano de 1990 após o primeiro encontro nacional ocorrido em 1989 os atingidos veem a necessidade de se juntarem para constituir o movimento nacional para ter mais força para lutar pelos seus direitos. Era também um momento que outras organizações estavam se constituindo na luta por direitos. “O MAB então se organiza como uma organização nacional que aglutinava diversas categorias camponeses, indígenas, ribeirinhos, posseiros, em 17 estados da federação: RS, SC, PR, SP, MG, GO, MT, PI, PA, RO, CE, BA, RJ, PE, PB, TO e MA”¹². O MAB continuou a organizar atingidos avançando na luta por direitos e debate do modelo que se construía barragens no Brasil e na década de 1990 com a onda de privatização o movimento avança para discutir direitos, mas também o modelo que são construída as barragens. Estes conflitos seguem porque os atingidos não tem uma política nacional de atendimentos aos direitos violados. Pelo contrário, eles viram um grande negócio.

A energia precisa ser discutida não só pelos atingidos, mas pela sociedade brasileira, pois ela é um bem comum de necessidade e direito e como bem comum é de apropriação do capital. Nesta sociedade (capitalista) em que vivemos o ser humano encontra-se aprisionado, dividido por processos de desigualdade, social, étnica, sexual e territorial. Os bens que necessitamos para viver com dignidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como liberdade, trabalho, educação, lazer, propriedade e moradia, não é de acesso para todos\as

¹¹ ANAB, 2013.

¹² CUT\CRAB, 1989.

igualmente e sim desigual. Segundo Flores (2009, p. 38) quando nos diz que “somos” iguais perante a lei, esta querendo dizer que “devemos” ser iguais perante a lei. A igualdade não é um fato já dado. É algo que se tem a construir, utilizando para isso todo tipo de intervenções sociais e públicas. Portanto, quando falamos direitos humanos não partimos do que “temos” e o que devemos ter. O MAB reconhece que há ferramentas importantes para efetivação dos direitos humanos como promotores, advogados, conselhos, relatórios entre outros, ocorre que é preciso utiliza-la e fazer com que os atingidos sejam sujeitos de seus direitos.

Ocorre que, como toda ferramenta, ela só vai cumprir sua função se tivermos quem as utilize. E esse quem, para o MAB, são aqueles que ao longo da história da construção de hidrelétricas no Brasil, não eram e ainda hoje não são reconhecidos como sujeitos dos direitos: os atingidos por barragens, organizados em movimento, engajados em processo de luta social; esses são os verdadeiros sujeitos dos direitos e do “processo” de sua conquista e efetivação (MAB, 2013, p.20).

Historicamente, o MAB tem levantado inúmeras denúncias de violação aos direitos humanos no padrão de construção destas barragens no Brasil, o padrão de violação se replica nas mais de 2000 barragens já construídas no Brasil que têm causado o despejo de mais de 1.000.000 de pessoas. Esta constatação e denúncia dos direitos humanos feita pelo MAB, em razão destas denúncias apresentadas, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH, 2010), instituiu uma comissão especial (resolução 26\2006) para verificar as denúncias e apresentar propostas para prevenir novas violações e minimizar os impactos sofridos por estas populações atingidas. Na investigação e trabalho da situação das populações atingidas por barragens, ficaram evidentes a relevância e magnitude dos impactos sociais negativos decorrentes do planejamento, implantação e operação de barragens nos casos estudados, “[...] cujas consequências acabam para acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual [...]” (CDDPH, 2010, p.13).

Assim, 16 direitos humanos são sistematicamente violados na implementação de barragens, como já reconheceu formalmente o Estado Brasileiro em 2010, no relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana:

1. Direito à informação e à participação;
2. Direito à liberdade de reunião, associação e expressão;
3. Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida;
4. Direito à moradia adequada;

5. Direito à educação;
6. Direito a um ambiente saudável e à saúde;
7. Direito à melhoria contínua das condições de vida;
8. Direito à plena reparação das perdas;
10. Direito de ir e vir;
11. Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, matérias e imateriais.
12. Direito aos povos indígenas, quilombolas e tradicionais;
13. Direito de grupos vulneráveis à proteção especial;
14. Direito de acesso à justiça e a razoável duração do processo;
15. Direito à reparação por perdas passadas;
16. Direito de proteção à família e a laços de solidariedade social ou comunitária (CDDPH, 2010, p. 15).

O exemplo da barragem selecionada pelo CDDPH, Eliezer Batista (Usina Aimorés), Minas Gerais\ES: “(...) constituída pelas Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e Companhia Vale do rio Doce (Vale) foi implantada no rio Doce, no Estado de Minas Gerais, próximo à fronteira com o Espírito Santo”¹³. Na visita da CDDPH à região afetada por sua implantação e operação, averiguou as denúncias e constatou que dos 16 direitos apontados pela comissão, Aimorés teve 11 direitos violados, “(...) descumprimentos de acordos firmados com a população e desrespeito às questões ambientais, com atrasos na implementação das compensações ambientais como a construção da nova cidade Itueta”¹⁴, a nova cidade para onde seria deslocadas a maior parte das famílias atingidas pela obra. Entre as problemáticas levantadas no relatório da visita da comissão ao local estão, condições de vida dos agricultores e pescadores das ilhas; condições de reassentamentos; condições sanitárias; ocupações e renda – condições de reprodução material, surgimento de prostituição infantil, entre outras.

Com este modelo de organização da indústria elétrica brasileira, o Estado não controla o modelo, mas tem uma função estratégica de interesse das empresas capitalistas, ele entra com o trabalho público de pesquisa, libera as licenças, concede os decretos de desapropriação para fim do bem comum. Tendo a clareza que o Modelo Energético atinge a classe trabalhadora brasileira, violando direitos e esta é uma constatação anterior ao relatório de

¹³ Brasil Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, Brasília, DF, 2010, p. 63.

¹⁴ Id., p. 64.

direitos humanos, o movimento tem como luta prioritária a implementação de uma Política Nacional de Direitos às Populações Atingidas por Barragens (PNAB) que atenda os direitos atingidos e a construção de um Projeto Energético Popular para o país (controle sobre as reservas estratégicas de energia que possuem base de elevada produtividade natural), que atenda as necessidades da classe trabalhadora e não para os lucros de empresários (nacionais e/ou internacionais).

A denúncia do modelo de geração de energia elétrica feita pelo movimento, pressupõe um processo de construção permanente e a participação efetiva dos atingidos no planejamento, organização e controle da produção e distribuição da energia como direito e soberania. No Encontro Nacional do MAB realizado em 2013, o movimento construiu alguns pontos para o debate da energia com a sociedade, o **Projeto Energético Popular**:

- Defender que a energia para o consumo ou para as atividades produtivas devam sempre visar à satisfação das necessidades de toda a população, unindo um alto grau de desenvolvimento humano com a adequada sustentabilidade ambiental.
- A energia é um bem estratégico para a soberania do país, por isso é necessário o controle popular sobre as fontes estratégicas para a produção de energia.
- Buscar a ampla participação popular no planejamento, organização e controle da produção e distribuição da energia, assim como da riqueza gerada.
- Lutar para garantir uma política tarifária baseada no real custo de produção da energia.
- A construção de instituições políticas que garantam e atendam os interesses populares na área da energia (MAB, 2013).

1.4 A participação das mulheres no movimento

Muitos exemplos onde são construídas as barragens, demonstra que é de grande importância pensar como estas construções atinge a vida das mulheres. No caso específico das mulheres atingidas pelo Modelo Energético, temos um agravante: além de sofrer estas desigualdades de classe e nas relações de gênero, precisam enfrentar a violação dos direitos ocasionados pela construção das barragens, adicionam complexidades e conflitos à realidade histórica calcada em um sistema capitalista machista patriarcal, de dominação-exploração

sobre as mulheres, no âmbito familiar e social, este por último “(...) é mais amplo do poder do homem sobre a mulher, sem restrições que configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade, com base material, representando uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência”¹⁵, que é regido pelo medo e pela desigualdade de poder entre homens e mulheres. Esta dominação é exercida contra a vontade dos subordinados, no caso, mulheres.

Segundo Saffioti (2004, p.104) é imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado, ou seja que permite a apreensão do caráter histórico dele, mas ele como elemento central esclarece e ajuda entender a questão, ainda não de forma aprofundada, como o pacto masculino garanti a opressão de mulheres, daí a necessidade de “Analisar a exploração do capital sobre a força de trabalho exige perceber a particularidade da exploração do trabalho da mulher. Essa exploração não se dá de forma diferente e, sim, acentuada com relação à exploração do homem”¹⁶.

As relações hierárquicas entre os homens, assim como a solidariedade entre eles existente, capacitam a categoria constituída por homens a estabelecer o controle sobre as mulheres. Há que se fazer alguns comentários sobre este conceito de *patriarcado*, a fim de aclarar certas nuances importantes. Seguramente, para si mesmos e para seus dependentes, os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida (...) Há, sem dúvida, uma economia doméstica, ou domesticamente organizada, que sustenta a ordem patriarcal. (...) Neste regime, as mulheres são objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras. Diferentemente dos homens como categoria social, a sujeição das mulheres, também como grupo, envolve prestação de serviços sexuais a seus dominadores (SAFFIOTI, 2004, p. 104 e 105).

Analisando a condição da mulher na sociedade capitalista no mundo do trabalho, compreende-se que a separação “trabalhos femininos” e “trabalhos masculinos” e a hierarquização do trabalho do homem vale mais que o da mulher. O trabalho das mulheres no âmbito doméstico, historicamente é naturalizado como “o trabalho das mulheres”, “fazem por amor” ou tem que fazer porque não é “trabalho de homem”. Este trabalho realizado, para o capitalismo não produz valor, como lavar roupa, fazer comida, condições necessárias para os trabalhadores serem explorados para produzirem mercadorias. É a chamada **divisão sexual do**

¹⁵ (SAFFIOTI, 2004, p. 57 a 58).

¹⁶ CISNE, 2012, p.111

trabalho¹⁷, homens ficam na esfera do trabalho produtivo e as mulheres na esfera reprodutivo, é a base material que garante o capital continuar reproduzindo. “Sem essa esfera da reprodução não diretamente mercantil, as condições de reprodução do sistema do metabolismo social do capital estariam bastante comprometidas, se não inviabilizadas”¹⁸.

Além das mulheres também não serem valorizadas no âmbito do trabalho produtivo, o acesso do emprego muitas vezes é prioridade para os homens mesmo que as mulheres tenha qualificação. “No Brasil, até hoje, mulheres com carteira assinada ganham 70,7% em relação ao que os homens ganham. No mercado informal, ganham 63,2% em relação ao que os homens ganham”¹⁹.

Na estrutura social em que elas são responsáveis pela manutenção do lar e dos laços comunitários, com a chegada da barragem as mulheres ficam angustiadas e passam ter preocupações cotidianas que não tinham antes, pois afetam diretamente o sentimento de família além de violência da mercantilização do corpo da mulher, a prostituição. Neste contexto as mulheres atingidas por barragens, além de serem historicamente vítimas desta sociedade capitalista, machista e patriarcal, precisam enfrentarem a violação dos direitos resultado da construção de barragens.

Nós mulheres, temos sido as “*principais vítimas destes processos de empobrecimento e marginalização*”²⁰. Estudos comprovam que na realidade cotidiana existe uma forte violação dos direitos das mulheres. O MAB afirma 6 eixos principais de violações contra as mulheres em que se repetem em todo os lugares que são construída as obras: mundo do trabalho; participação política; relação preconceituosa das construtoras; perda dos laços comunitários e familiares, aumento dos conflitos de violência contra as mulheres e falta de acesso a políticas públicas:

- Mundo do trabalho: relacionadas à invisibilidade do trabalho das mulheres, perda do trabalho também gerador de renda, a não adaptação ao trabalho urbano;
- Participação política: desqualificação das mulheres como sujeitas de direitos, não reconhecimento da voz das mulheres em espaços deliberativos (reuniões de negociações), ausência de serviços básicos que possibilitem às mulheres

¹⁷ De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado\trabalho doméstico; fábrica, escritório\família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salarial só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de trabalho doméstico não é nem a-história nem transitória; ao contrário, sua gênese é datada historicamente). Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção (KERGOAT, 1989, p.95).

¹⁸ (ANTUNES, 1999, p. 108 a 109).

¹⁹ Pnad, 2009, apud, MAB, 2015, p.40.

²⁰ MAB, 2015, p.12.

- acessar o espaço público, tais como creche e transporte;
- Relação preconceituosa das construtoras: não reconhecimento das mulheres como interlocutoras; as empresas usam o conceito patrimonialista e patriarcal de atingidos;
 - Perda dos laços comunitários e familiares: as mulheres sentem mais o dismantelamento social pelo lugar que ocupam nas relações familiares e comunitárias que são destruídas, por exemplo, há a destruição da rede de solidariedade e cuidados com filhos, idosos, entre outros;
 - Aumento dos conflitos e violência contra as mulheres: exploração sexual de mulheres e crianças, aumento do tráfico, mercado da prostituição;
 - Acesso a políticas públicas: com o inchaço populacional provocado pela barragem, o acesso a serviços públicos (saúde, educação, transporte, segurança), que normalmente já são precários, se torna ainda mais difíceis (MAB, 2015, p. 42 - 43).

Tendo em vista que este modelo ainda atinge mais de maneira brutal as mulheres, o movimento tem a compreensão que estas mulheres historicamente enfrentaram e resistiram às empresas, na luta por direitos dos atingidos\as, por isso sempre teve em seu horizonte o trabalho com as mulheres, colocando-as em condição de sujeitas ativas do processo político e organizativo do movimento com um trabalho que possibilite a emancipação e auto-organização das mesmas, onde sua pauta é incluída na pauta nacional do movimento respeitando suas especificidades.

Para a representação desta história real vivida pelas atingidas em forma de denúncia, cria-se a possibilidade do contato com a experiência de produção de *arpilleras* chilenas, que denunciaram a ditadura de Pinochet (1973-1990), apresentaremos no próximo capítulo, contexto, técnica, denúncia e resistência das mulheres chilenas.

“A história escrita:

Aprenhe o que é vivo.

Carrega visões de mundo,

Configura expressões dos indivíduos,

Carrega aspirações de grupos sociais,

Organiza e faz sínteses, Nunca será neutra”

(NIKITIUK, 2001, p. 1

CAPÍTULO 2 ARPILLERAS CHILENAS

Para resgatar a História da produção das *arpilleiras* no Chile, precisamos voltar na década de 1970 e apresentar o contexto de conflitos sociais de uma época que os chilenos estavam vivendo a ditadura militar de Pinochet entre 1973 e 1990. Muitos grupos de pessoas no campo da Cultura expressaram suas denúncias e indignação do que estava acontecendo no país. As mulheres em forma de silêncio protestaram através das *arpilleiras* contra os sumiços, torturas e assassinatos de seus filhos e companheiros.

2.1 Processo histórico do Chile entre 1970 a 1990 – repressão e resistência

Após a segunda Guerra Mundial o mundo se dividiu em dois blocos capitalistas Estados Unidos (EU) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) socialismo durante o período de 1950 a 1990 conhecido como Guerra Fria.

A Guerra Fria entre Estados Unidos (EU) e União Soviética (URSS) dominou o cenário internacional na segunda metade do Breve Século XX. A peculiaridade da Guerra Fria era a de que, em termos objetivos, não existia perigo eminente de guerra mundial (...). A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência – a zona ocupada pelo Exército Vermelho e ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra – e não tentava ampliá-la com o uso de força militar. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética" (HOBSBAWM, 1994, p.224).

Com o triunfo da Revolução Cubana em 1959 os Estados Unidos se alertava da força dos movimentos populares e democráticos no continente da América Latina tornarem possibilidade futuras de sociedades socialistas. Então, passou a fortalecer estruturas econômicas e militares destes países a modo evitar a propagação deste modelo de sociedade que propiciaram golpes militares no Chile, Brasil, Argentina, Bolívia, entre outros países da América do Sul e Central. Um dos países que viveram violentamente a ditadura foi o Chile, um retrocesso na democracia do país.

Anterior ao golpe, o Chile em 1970 vivia uma democracia do presidente de Salvador Allende (Unidade Poder), uma República, o triunfo do socialismo por via democrática foi uma vitória da URSS entre 1922 a 1991 e uma ameaça para a superpotência dos EU. Allende chegou ao poder pelas urnas e não pela insurreição como a experiência cubana, todo seu

processo revolucionário que foi pacífico, um caminho democrático para o socialismo. Apesar dessas restrições democráticas, a revolução de Allende se apresentava transformadora com ações importantes.

A revolução democrática proporcionou muitas mudanças sociais de forma rápida, como a estatização das empresas de minérios, Reforma Agrária avançada entre outras. Estas reformas permitiram melhorias nos padrões de vida da população e uma auto-organização dos trabalhadores em vários espaços como nas fábricas, sindicatos, cooperativa etc.

Durante este breve espaço de tempo, ela nacionalizou as “riquezas básicas” do Chile: as minas, que eram responsáveis por três quartos dos lucros das exportações do país e que Allende chamava de “os salários do Chile”, e quase todos os bancos privados chilenos, os tesouros do pequeno número de “clãs” financeiros que controlavam a economia capitalista do país. Com a ajuda de uma revolução que partiu dos trabalhadores, dos camponeses e dos moradores das favelas, cujas ações diretas haviam transformado a toma – ou ocupação – na marca registrada da revolução chilena, o “governo do povo” de Allende conseguiu controle de muitas das maiores produtoras e distribuidoras do país e realizou a mais rápida e extensa reforma agrária (WINN, 2010, p. 18).

Em 1972, o Chile havia se tornado uma das sociedades mais igualitária da América Latina, criando Poder Popular por aqueles trabalhadores camponeses, urbanos, e os indígenas que desafiavam por décadas a discriminação e opressão. Esta revolução de caminho democrático para o socialismo, atraiu pessoas do mundo todo como estudiosos, intelectuais, marxistas com o debate de um novo modelo de socialismo que não fosse violento.

“Milhões de pessoas no mundo querem o socialismo, mas não querem ter de enfrentar a tragédia da guerra civil para consegui-lo”²¹. Allende tinha a ambição de ser o primeiro governante na história a conduzir o processo do socialismo por via democrática.

Porém, houve reação da burguesia em relação às mudanças sociais e a contrarrevolução já vinha sendo tramada há algum tempo, as conspirações nunca cessaram a começar pelos Estados Unidos, desde que a Unidade Popular esteve no poder. Com um congresso de oposição, e ações apoiadas pelos Estados Unidos para desestabilizar a economia chilena, as instituições polarizadas, a greve dos empresários de outubro com apoio da sociedade civil, as forças armadas tomou posição e se constituíram um processo de contrarrevolucionários, começaram a organização de grupos diversos e as contradições entre

²¹ WINN, Peter. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro, 2010 p. 20.

as classes sociais se acirraram. Em setembro, de 1973 a maior parte do Chile estava sob o domínio militar que foi se dando de forma progressiva, a Unidade Popular tentou evitar o golpe, mas a contrarrevolução se consolidou com, o golpe militar em 11 de setembro de 1973 de forma violenta, liderado pelo Comandante Augusto Pinochet contra o governo popular de Salvador Allende (Unidade Popular).

Seriam cerca de doze guardas de segurança com armas pequenas contra o Exército e a Aeronáutica chilenos armados com tanques, aviões e milhares de tropas, uma luta desigual que Allende sabia que não poderia vencer. Mas ele também sabia que se renunciasse e entregasse o poder político, conferiria legitimidade ao regime militar que o sucederia, uma legitimidade que sua resistência e morte negariam a Pinochet. Com a AK-47 que Fidel Castro havia lhe dado, em que estava inscrito “A meu bom amigo Salvador, de Fidel, que por meios diferentes tanta atingir os mesmos objetivos”, Allende se preparou para lutar por sua revolução. Em uma ironia final, Salvador Allende, que havia passado a vida toda tentando criar um caminho pacífico para o socialismo, seria lembrado por morrer defendendo sua revolução com uma arma na mão (WINN, 2010, p.177) .

Allende se posicionou que abandonaria sim o palácio com seus próprios pés e comunicou pelo rádio a última vez: “Colocado em un tránsito histórico, pagaré com mi vida la lealtad al Pueblo” [Colocado numa encruzilhada histórica, pagarei com minha vida a lealdade ao povo]”²².

Então, dirigiu-se ao salão da Independência, que simbolizava seus objetivos presidenciais, e como apoio estrangeiro na guerra civil de 1891, Allende voltou sua arma contra si mesmo, privando Pinochet de seu prisioneiro político especial e negando ao seu regime militar legitimidade constitucional (WINN, 2010, p. 179).

Os militares não falaram logo no início do governo sobre Doutrina de Segurança Nacional. Segundo Comblin só a partir de 1975 começa as cobranças da ideologia de Segurança Nacional, com a ideia interna de montar um aparato para detectar qualquer indicio de reação contra o regime. “A ideologia chilena é especialmente radical no que se relaciona à guerra total e absoluta entre o Chile e o marxismo internacional. Por isso, é a doutrina de segurança nacional que inspira rigorosamente a legislação, que é a mais rígida da América Latina”. A Academia Superior de Segurança Nacional e a temível política a DINA é criada

²² WINN, 2010, p. 179.

em 1974. E o Estado autoritário se propõe a uma guerra sem tréguas contra o comunismo internacional, indicando, plano para a construção de uma nova sociedade²³.

A Doutrina era de Choque de não deixar os trabalhadores avançarem na organização e as ações com justificativa de salvar o país do comunismo. Esta ditadura não seria nem branda nem leve. O ataque aos movimentos populares, partidos políticos e todos aqueles que tentassem algo contra a ordem eram tratados com terrorismo do Estado. A ira de Pinochet fez autoridades da Unidade Popular irem para prisão, enviou grupos de oficiais para as províncias com execuções em massas, também levados a estádios esportivos interrogados, torturados e assassinados.

Mesmo com o regime consolidado o Estado do terror continuou em parte para impedir que a esquerda tivesse um plano político de resistência. E para justificar que havia subversivos por isso a guerra interna no país e restrição de liberdade civil. Os assassinatos prosseguiram em especial os jovens de classe baixa das favelas e ainda foi pior na zona rural nas áreas de Reforma Agrária onde não tinha imprensa para denunciar. “A vítima mais famosa foi o compositor Víctor Jara, cuja execução pública no Estádio Chile enfatizou a ira dos militares pela revolução cultural esquerdista que ele simbolizava”²⁴.

Esta nova sociedade de Pinochet, tinha base na internacionalização da economia, o neoliberalismo. Chile foi o primeiro país da América Latina na década de 1970, que antecipou a experimentação do neoliberalismo de tendências dos países desenvolvidos, a doutrina que posteriormente foi aplicada pela ditadura em outras regiões do livre-comércio do regime de direita que vai se instalar no planeta. “O neoliberalismo foi definido como uma ofensiva do capital sobre o trabalho para recompor a taxa de lucro²⁵. Na prática ele privatizou os recursos nacionais, tirou direitos trabalhistas, espalhando ideias (modernização, progresso...) a serviço da classe dominante, enquanto o povo chileno passando por um momento econômico de uma situação econômica insustentável: greves demissões, falta de proteção aos direitos dos trabalhadores, falta de moradia, fome custo aos pobres para salvar a Pátria com apoio de alguns grupos, os ricos avançavam em sua concentração de riqueza. Contra esta ofensiva do capital e sua estratégia, teve as reações dos protestos e rebeliões, não do mesmo nível das revoluções do início do século XX, mas que pautaram questões sociais.

Enquanto Allende permitiu mudanças sociais estruturais, a ditadura de Pinochet destruiu-as. Em um contexto de fim das liberdades individuais e de direitos humanos surgiram

²³ COMBLIN, 1978, apud, CAPARELLI, 1989, p. 80.

²⁴ WINN, 2010, p. 184.

²⁵ RIRSCH, 1999 apud, KATZ, 2016, p. 79-81).

vários movimentos culturais que resistiram a censura e a repressão, com grupos de pessoas, assumindo formas diferentes de resistência a ditadura. E uma das formas expressadas foram tecer as ideias de denúncia da Ditadura de Pinochet nas *arpilleras*, por mulheres. Estas mulheres sofreram discriminação e encontraram um caminho para expressar suas emoções e fazer a denúncia.

2.2 Arpilleiras chilenas como uma expressão de denúncia luta e resistência à ditadura de Pinochet em (1973-1990).

Arpillera é uma técnica têxtil que possui origem numa antiga tradição popular iniciada por um grupo de bordadeiras de Islã Negra, localizada no litoral central chileno. As *arpilleras* eram montadas em suporte de aniagem, pano rústico provenientes de saco de farinha ou batata.

Toda costura é feita a mão utilizando agulhas e fios. Às vezes são adicionados fios de lã à mão ou crochê, para realçar os contornos das figuras. Normalmente, o tamanho dessas obras era determinado pela dimensão do saco. Uma vez consumido seu conteúdo, ele era lavado e cortado em seis partes, possibilitando assim que o mesmo número de mulheres bordasse sua própria história, a de sua família e de sua comunidade. A tela de fundo se chama *arpillera*, dando o nome a essa expressão artística popular (BACIC, 2011, p. 6).

As *arpilleras* permitem a imitação da realidade de um grupo social na perspectiva das relações que consegue narrar a história a partir do trabalho estético, apresentando uma mediação desta realidade do processo social com personagens que fazem uma interpretação, criando conflitos em torno de um tema.

Uma expressão feminina que nasce como uma cultura regional, tradição. Aproximadamente em 1952 já havia *arpilleras* produzidas pelas bordadeiras Isla Negras, que eram as mulheres esposas de pescadores que bordavam problemas vividos pelo seu cotidiano como a questão econômica, mas também a vivência cultural com o campo. Com o golpe da ditadura de Pinochet, as *arpilleristas* tinham uma temática social para linhas, panos, agulha e juta. É neste período que elas saem do espaço privado para o público, contestando contra a ditadura, testemunhando os traumas vividos por elas de torturas, desaparecidos e assassinatos de seus filhos/as e companheiros pela ditadura de Pinochet para dar voz aos reprimidos e desprivilegiados da sociedade chilena.

Oficialmente as *arpilleras* se difundiu com a produção da Violeta Parra²⁶, de uma diversidade grandiosa no mundo artístico, sua produção musical autêntica tinha aspirações da produção de uma arte que falava da realidade do povo chileno, que representasse a vida cotidiana dos chilenos, que chegasse as situações reais dos trabalhadores, abordou para suas produções conteúdos de punho social e revolucionário, na música, tema que ainda não tinha sido abordado no Chile como: injustiça, guerra, pobreza, exploração, a dor da mulher e do trabalhador em uma ditadura militar e exaltava a importância da unidade latino-americana contra o imperialismo, mostrando as semelhanças dos ataques e lutas. O grupo Inti- Illimani em entrevista, fala da importância da contribuição de Violeta Parra de suas canções para transformação social. Ela redimensionou a música para a luta, em momento que se produzia música populares, mas não se falava da vida do povo²⁷. Também como, poeta, compositora, folclorista²⁸, pesquisadora, radialista, escritora, artista plástica era também *arpillerista*. Violeta disse: “*Arpilleras* são como canções que se pintam”²⁹

Segundo Andrades, apesar da dor que estas mulheres estavam vivendo, as *arpilleras* permitiam recuperar os episódios passados muito presentes nelas, de apresentar a violência política, trauma, violações dos direitos humanos, ao mesmo tempo uma esperança de fortalecer através deste instrumento a esperança para enfrentar e mudar. (1982, p. 3). Elas compartilhavam o acontecimento vivido e dialogavam o que poderia fazer em um momento tão difícil buscar respostas às demandas de justiça. Estas mulheres chilenas eram da periferia de São Thiago.

(...) Estes grupos los integraban unas 20 mujeres, dándose em su interior mucho apoyoy solidaridad. Em sus bolsas de trabajo no existían telas de seda, sino piezas de ropa de sus grupos familiares, que fueron desarmando para crear sus obras. La

²⁶ Em 1917, violeta del Carmen Parra Sandoval nasceu em quatro de outubro em San Fabián de Alico, no interior de Nuble, no sul do Chile. Filha de Clarisa Sanoval, cantora camponesa e popular e Nicanor Parra, professora de música. Em 1934 já tinha seus primeiros trabalhos cantava boleros, corridos mexicanos e outros estilos, em 1952 abandona seu antigo repertório e nasce a verdadeira Violeta Parra, começou a pesquisar e trabalhar com música autêntica em todo o Chile. Realizou programas de rádio, poesias, livros, músicas para documentários, trabalho visual: cerâmica, esculturas...em 1958 trabalha com *arpilleras*. Em 1964 em Abril exibiu *arpilleras*, pinturas a óleo e esculturas de arame no Museu de Artes Decorativas do Palácio de Louvre em Paris, é a primeira exposição individual de um artista espano-americano no referido museu. Em 1967 5 de Fevereiro, morreu em sua “Carpa de La Reina” aos 49 anos. (Fundação Violeta Parra, domínio público). Acesso dia 03\11\2017 e Filme Violeta se fue a los cielos. Acesso 15\06\2017.

²⁷ No jornal a Nova Democracia em uma edição de Dezembro de 2008,

²⁸ Do ponto de vista prático, identificamos como folclore as manifestações culturais, pessoais ou coletivas, que foram aprendidas de modo informal. Ou seja, adquiridas no dia-a-dia por observação, por imitação, no exercício diário, sem a necessidade de frequentar qualquer tipo de escola(...) em folclore, aprendemos por necessidade, por vontade de participar de algo, porque percebemos que somos parte do grupo, da sociedade em que vivemos(GUIMARÃES, 2002, p.1).

²⁹ MAB, 2015, p.2

tela de fondo de la arpillera generalmente era de saco de papa, harina o azúcar. Superponían figuras en relieve de su entorno cercano: casas, árboles, mesas, personas, niños, ollas, filas en las afueras de las cárceles...La organización interna constaba de una tesorera que se encargaba de distribuir la ganancia por la venta de éstas, dejando un 5 o 10 por ciento como fondo común para el taller. Otra se preocupaba de distribuir las arpilleras y revisar que estuvieran bien terminadas y que incluyeron temáticas de relevancia, previamente conversadas en el grupo. En su mayoría eran enviadas al exterior para ser comercializadas (ANDRADE, 1982, p.3 a 4).

A comercialização destes artesanais têxteis foi para o mundo inteiro, nos Estados Unidos e Europa, tapeçarias que eram as *arpilleras* a serem vendidas para a geração de renda das mulheres que precisavam de garantir as condições mínimas em um país vivendo a repressão, e denunciar o que estava acontecendo no Chile, em especial com seus filhos e seus companheiros.

Tornaram-se uma forma de comunicar ao mundo exterior, no país e fora dele, o que estava acontecendo, e ao mesmo tempo, uma forma de atividade cooperativa e fonte de renda. Graças às *arpilleras*, muitas mulheres chilenas puderam denunciar e enfrentar a ditadura desde fins de 1973. As *arpilleras* mostravam o que realmente estava acontecendo em suas vidas, constituindo expressões da tenacidade e força com que elas levavam adiante a luta pela verdade e pela justiça. Além disso, cada uma destas obras pôde quebrar o código de silêncio imposto pela situação vivida no país. Hoje são testemunho vivo e presente, e uma contribuição à memória histórica do Chile. (BACIC, 2011, p. 6).

Ficaram conhecidas pelo governo da ditadura como “tapeçarias de difamação”, por isso uma forma importante de expressão para estudos do pano de fundo da ditadura de Pinochet, elas se espalharam para a América Latina e Europa. Muitas vezes eram recolhidas por autoridades militares através da Polícia Secreta. Coube processos a estas pessoas justificados pela Lei de Segurança Nacional que as *arpilleras* seria de conteúdo político antichileno. Veja no anexo 1 o jornal daquela da época.

No jornal, La Segunda, em edição dessa época, lemos: “Ministro ampla investigación sobre tapeçaria difamantes”. E o texto informa: “O ministro do interior solicitou que se instrua processo por infração à Lei de Segurança contra Chinda Perez, envolvida na remessa ao exterior de tecidos artesanais com motivos de evidente conteúdo antichileno “. Os tecidos as *arpilleras* haviam sido enviados por Chinda Perez de Acunha para a cidade de Basileia, na Suíça, pela companhia aérea Swissair (BACIC, 2011, p.8).

Em um momento de subversão as *arpilleristas* recriaram suas próprias vidas e as transformações são verdadeiros autorretratos contra a pobreza do momento e a política Pinochet; estas histórias ficaram como testemunhos verídicos. Enquanto as mulheres costuram sentimentos como choro, raiva, indignação, desabafo, através do registro visual outras pessoas poderiam conhecer suas histórias. Este instrumento que proporcionou sob o momento vivido por aquelas mulheres, uma narrativa crítica de determinado tema em determinado período. Apesar da violência, em um tempo de guerra e sem sol, estas mulheres sobreviveram com base em valores de solidariedade verdade e justiça.

As histórias ficaram como testemunhos verídicos (...) foi dramático ver às mulheres chorarem em quanto costuravam suas próprias experiências, mas foi também enriquecedor ver como, de alguma maneira, o trabalho oferecia também alegria, desabafo e felicidade ao poder, simplesmente, estar junto com outras pessoas e ter a possibilidade de conversar, costurar e conseguir, em definitiva, de confiar em que através deste registro visual outras pessoas poderiam chegar a conhecer as suas histórias. (Testemunho de Valentina Bonne. Facilitadora de oficinas de *arpilleras* entre 1974- 1975 apud, MAB, 2014).

Em 1980 começou uma movimentação mais forte contra a ditadura e seus efeitos e as mulheres participaram de manifestações e ações. As pressões internacionais e o desgaste de Pinochet levou a convocar um plebiscito com intenção de continuar seu governo, mas o plebiscito de 1988 permitiu os chilenos decidirem que não queriam mais Pinochet e o povo chileno inicia uma transição para a democracia, democracia esta conquistada através das lutas do povo chileno. Veja a *arpillera* anônima Chile final da década de 1980, protestando contra Pinochet e exigindo democracia.

Fotografia 1 – *Arpillera*: Queremos democracia



Fonte: (BACIC, 2011, p.46).

Nota: Colección Sean Carroll, Estados Unidos foto: Martin Melaugh

Esta *arpillera* foi adquirida por Sean Carroll na loja de Vicariato de Solidariedade, em Santiago do Chile, quando assistia, na qualidade de observador, às eleições de 1989, que derrotaram o general Augusto Pinochet. Durante muitos anos, esta *arpillera* ocupou lugar de destaque nos escritórios do Clube de Madrid, desde 2008 participou de numerosas exposições de *arpilleras* e quilts (colchas memoriais) em várias partes do mundo especialmente em contextos que recuperaram a memória das várias formas de resistência à opressão. Nesse período mulheres e homens das áreas marginalizadas de Santiago participavam ativamente, clamavam por democracia e utilizavam práticas não violentas ao seu alcance. “Os governos precisam mais das pessoas do que as pessoas dos governos. Se quisermos um slogan que expresse em poucas palavras a base filosófica do conceito de resistência civil, este o representa bem “ (Michael Randle, *Desafios da não violência*, 2002), apud (BACIC, p.48, 2011).

As ditaduras na América Latina deixaram uma ferida aberta, resgatar esta memória e trazer para a história recente, é incomodar aqueles que permaneceram impunes e manter viva nossa consciência e de gerações futuras. As Comissões, Verdade e Justiça do Cone Sul (Argentina, Brasil, Chile e Brasil), foram resultado das lutas de familiares que buscaram incansavelmente seus entes queridos, desaparecidos, torturados ou mortos em tempos de

ditadura. Segundo WINN no caso do Chile: “Jamais conheceremos os números precisos dos presos, torturados e executados pela contrarrevolução”³⁰.

Após a restauração da democracia, a Comissão de Valech conhecida também como Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura criada em 2003, levantou que pelo menos 3.178 pessoas foram executadas ou desapareceram (e portanto foram consideradas mortas), e pelo menos 28 mil foram torturadas, embora os números de presos e interrogados provavelmente tenham excedido os cem mil, e quase todos esses prisioneiros tenham sofrido algum tipo de tortura (WINN, 2010, 183).

Segundo Hobsbawm, a sociedade atual quer manter muitos passados esquecidos e se o passado não garante a glória que os dominadores querem sempre é possível inventá-lo, fabricá-lo e reinventá-lo para quem seja conveniente, criar mitos, de forma a garantir que um grupo de pessoas sejam diferentes e melhores que os outros. Esta é a verdade que pertence alguém, memória de um indivíduo, e se existe um passado, ele deve ser lembrado e registrado para não ser esquecido, da forma que apresente os sujeitos de sua própria história³¹. Sharpe ressalta a importância da abordagem da “história vista de baixo” que proporciona também um meio para reintegrar a história dos grupos sociais que pessoas comuns³² pertencem, de terem conhecimento da sua própria história³³, estas sofrem os impactos sociais e econômicos de determinadas sociedades, e a história que aparece é da “elite”, como foi o Chile na ditadura militar. Ainda de acordo com Hobsbawm (1997, p. 284), ao ter este olhar crítico para a história, rememoramos história de pessoas comuns não escrita na história tradicional e dominante, não estamos meramente tentando conferir-lhe um significado político retrospectivo que nem sempre teve; estamos tentando, mais genericamente, explorar uma dimensão desconhecida do passado.

As *arpilleras* chilenas se espalharam pelo mundo inteiro, uma boa parte se encontra com a Irlandesa Roberta Bacic a curadora, quem cuida das *arpilleras* chilenas entre outras. Roberta é filha de imigrantes europeus, nasceu em Santiago no Chile em 1949. Graduou como

³⁰ WINN, 2010, p. 183.

³¹ Nota o ensaio: o Sentido do Passado (HOBSBAWM, 2013, p.25 a 43).

³² “Hobsbawm declaro que, a possibilidade do que ele chama de “história das pessoas comuns” só se tornou realmente aparente mais ou menos em torno de 1789. “A história das pessoas comuns como um campo especial de estudo”, escreveu ele, “tem início com a história dos movimentos de massa no século dezoito. Para o marxista, ou mais comumente o socialista, o interesse na história das pessoas comuns desenvolveu-se com o crescimento do movimento trabalhista.” Como ele prosseguiu para observar, essa tendência “impôs algumas luzes bastante eficazes para os historiadores socialista”. Burke Peter. *A escrita da História.*, São Paulo, 1992. (HOBSBAWM, p.15 apud SHARPE, p. 45, BURKE, 1992.)

³³ SHARPE, XIX, apud BURKE, 1992, p. 59-62

professora de Filosofia e Inglês. Entre 1973 e 1981 foi exonerada do cargo por motivos políticos. Sua vontade de recolher narrativas que mostrassem memórias da verdade de contextos repressivos como a ditadura no Chile recorreu as *arpilleras* produzidas no Chile durante a Ditadura Militar de Pinochet. Roberta viu que nas *arpilleras* estava representada o cotidiano das mulheres vivido na ditadura dos seus filhos/as e companheiros. Ela fez um trabalho de recuperar parte destas *arpilleras* chilenas espalhadas pelo mundo inteiro com objetivo de apresentar o processo de resistência e a memória da justiça. Desde 2008 organizou mais de 30 exposições internacionais de *arpilleras* incluindo algumas outras *arpilleras* de outros países³⁴.

Uma das exposições no Brasil ocorreu no ano de 2012, entre 22 a 29 de Março, uma exposição itinerante que passou pelo Memorial Porto Alegre, (RS); Memorial Museu Curitiba (PR); Centro de Cultura de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro, chamadas “*Arpilleras* de Resistência: Política Chilena”, com o patrocínio da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça brasileiro, conseguido pelo edital “Marcas da Memória”. A coleção nasceu de mulheres que tinham sido presas ou filhos, maridos, presos, torturados e assassinados pela ditadura³⁵.

Esta linguagem se espalhou pela América Latina, Jamaica, África entre outros lugares do mundo. “Inspiradas pelas primeiras *Arpilleras*, mulheres em diferentes localidades, trabalhando individualmente ou coletivamente, continuam a documentar, através da costura, tanto suas experiências vividas quanto as suas respostas a abusos globais de direitos humanos”³⁶. As *arpilleras* chilenas transcendem o espaço de solidariedade internacional, democratizando a história e inspira outras mulheres.

2. 3 Primeiro contato das mulheres atingidas por barragem do Brasil com as *arpilleras* chilenas:

O Chile com certeza ainda tem marcas\lembranças deste período cruel como também emergiu deste processo a luta e resistência das mulheres chilenas: as *arpilleras* foram bordados para denunciar a ditadura no Chile. É com esta solidariedade internacional às mulheres chilenas e reconhecimento de sua luta que o MAB, vai buscar conhecer a experiência das *arpilleras* chilenas.

³⁴ BACIC, 2011, p.54).

³⁵ Portal Vermelho, 2012. Páginas de notícias da esquerda, mantida e gerida sem fins lucrativos.

³⁶ MAB, p. 10, 2015 .

Em 2013, mulheres atingidas dos estados São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Oeste da Bahia, tem o primeiro contato com as *arpilleras* chilenas em uma exposição na Argentina “Retalhos Testemunhais, *arpilleras* do Chile e outras latitudes”, no Parque da Memória em Buenos Aires. A exposição era das *arpilleras* chilenas e outras de diversos países de outros contextos. A exposição se dividiu em dois momentos: no primeiro, conhecer a exposição das *arpilleras* chilenas e no segundo, oficina para aprender fazer *arpilleras* de forma a conhecer e experimentar.

A exposição causou muitas reações desde querer tocar as *arpilleras* com as mãos, olhar a beleza artística da obra, curiosidade como fazer, indignação da realidade que as mulheres chilenas vivenciaram, dúvidas e interpretações. À medida que olhavam com profundidade as atingidas iam enxergando aquilo que também era parecido com a história de vida das Atingidas por Barragens no Brasil.

Uma das *arpilleras* internacional faz parte da Coleção Conflict Textiles – Coleção Conflitos em Tecidos Têxteis. Ela esta denunciando a tortura e os desaparecidos exigindo a verdade. As casas foram fotografadas de modo a serem vistas um conjunto em uma vila pobre que não tem acesso a energia. *Arpillera* chilena, anônima, final da década de 1970.

Fotografia 2 – *Arpillera*: Homenaje a los caídos Homenagem aos mortos



Fonte: (BASIC, 2011, p.18).

Nota: Colección de Fátima, Miralles, España. Foto Calin Peck

Nesta *arpillera* sombria, dominada pelo preto, o sol está ausente e os andes estão em um só tom. No fundo, vilas pobres captam energia direto da linha de fornecimento porque não têm dinheiro para pagar por eletricidade. Na rua velas enfileiradas, em memória aos desaparecidos. A figura central leva panfletos protestando contra a tortura. Algumas mulheres deitam na rua, persistentes em denunciar a tortura e os desaparecimentos, exigindo a verdade. Baseadas em testemunhos diretos, Elizabeth Lira, em *Mujeres, Historias chilenas del siglo XX* (2011), descreve a luta implacável de famílias de desaparecidos no Chile: “[Eles...mantiveram seus apelos exigindo saber o que aconteceu...colocando no centro de suas vidas as atividades de denúncias e de procura por seus parentes desaparecidos, esperando encontra-los vivos. A esperança é o combustível de sua busca que não termina”.(MAB, 2015,p. 74 a 75).

Uma das mulheres atingidas do Oeste da Bahia ameaçada pelas Barragens: PCHs Arrodiador, Fazenda Diogo, disse “as mulheres atingidas tem muitas histórias para contar, esta experiência vai permitir elas não ter medo de falar de coisas que vivem no dia-a-dia, na minha região estas mulheres vivem desassossegadas imaginando tudo que pode vir acontecer para sua família e comunidade se construírem estas barragens”. Ou seja, as atingidas que estavam ali experimentando aquela experiência de longe estavam com o pensamento nas atingidas de como aquela técnica ajudaria libertar as mulheres da opressão da sociedade e denunciar seus direitos da construção das barragens.

O segundo momento foi a oficina para aprender fazer *arpilleras*, para que pudessem apropriar e reproduzir no Brasil com as atingidas. A produção das *arpilleras* não exigia profissionalismo de manusear, agulhas, panos e tecidos e sim a discussão de qual mensagem quer ser passada quando esta obra estiver pronta, uma narração que identifica e reconheça o papel de sujeitas que desempenham na luta por direitos dentro desta realidade.

A foto a seguir mostra as mulheres atingidas desta viagem pós oficina, traçando os passos para construir a primeira *arpillera* nacional produzida no MAB com a denúncia

Fotografia 3 - “Afogadas pelo Modelo Energético brasileiro” que se constrói as barragens.



Fonte: MAB, 2013

Nota: Foto tirada pelas atingidas

A primeira *arpillera* foi produzida por este grupo menor de mulheres atingidas, sem ainda ter construído uma metodologia de trabalho no Brasil. O debate partiu daquilo que elas já vivenciavam no Brasil o padrão de violência dos direitos humanos nas construções de barragens e indagar onde estavam os direitos delas. *arpillera* brasileira, Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Novembro 2013.

Fotografia 4 – *Arpillera*: Onde estão nossos direitos?



Fonte: MAB, 2015.

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens. Foto: Vinicius Danadai

Várias cenas dentro do mapa ilustram as principais violações de direitos que sofrem com as mulheres: perda do sustento, do vínculo com a terra e a produção; privatização do rio, dos modos e meios tradicionais de vida e seus ecossistemas; aumento da violência contra as mulheres, prostituição e tráfico de pessoas nos canteiros de obras; negação do direito à informação, participação e tratamento discriminatório por parte das construtoras; e ruptura do tecido social e dos laços comunitários de apoio (MAB, 2015, p. 16).

Esta experiência atravessou fronteiras, outras terras e mares e encontra com as atingidas inseridas no MAB, para apresentar os protestos contra as construções de barragens no Brasil, que viola direitos humanos, expulsa povo de suas terras, casa e piora a condição de vida deste povo. E o movimento legitima o protagonismo das mulheres neste confronto social e também político do comprometimento destas mulheres na luta junto aos atingidos.

No capítulo seguinte apresentaremos a metodologia construída no Brasil para a produção das *arpilleras* pelas atingidas a partir de sua realidade, que permitiu o debate da violação dos direitos na vida das atingidas, resistência e auto-organização das mesmas envolvendo mais de 900 mulheres produzindo mais de 90 *arpilleras*.

CAPÍTULO 3 ARPILLERAS NO MAB: INSTRUMENTO DE RESISTÊNCIA

As *arpilleras* serão apresentadas como instrumento que expressou os impactos do Modelo Energético na vida das mulheres, tendo em vista as mulheres como sujeitas do processo de enfrentamento, luta e resistência. As *arpilleras* produzidas no MAB são obras de conteúdo coerente com a realidade das Mulheres Atingidas por Barragens, por isso apresentam um grande potencial a ser explorado no campo da Cultura Popular. Apresentaremos algumas indagações e comentários acerca da potencialidade desse instrumento como uma expressão artística de cunho social.

3.1 Metodologia da produção: Armando agulhas para tecer as linhas no juntar dos tecidos: produção das *arpilleras* no MAB- Brasil.

O Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB buscou na experiência do Chile uma técnica de expressar com agulha, retalhos, jutas a violação que sofremos nas construções de barragens, uma experiência de expressão artística para representar a realidade das atingidas por barragem, destacando as mulheres atingidas fazendo crítica das relações sociais e políticas visando a promoção dos direitos e interesses das mulheres, visando avançar para a construção de um feminismo com recorte de classe.

A produção de *arpilleras* no MAB foi um processo intencionalizado, com um método de trabalho que passou por um planejamento de estudos, encontros e reflexões. A seguir apresentaremos o método de trabalho desenvolvido que resultou na mostra *Arpilleras e Resistência*, testemunhos têxteis para a documentação denúncia da Violação dos Direitos das Mulheres Atingidas por Barragens.

Primeiro momento: as mulheres atingidas recolhiam seus testemunhos de violação de seus direitos em relação à construção de barragens, antes, na implantação e operação da construção da barragem, apresentando no primeiro momento sua experiência de enfrentamento, luta e resistência de forma individual na sua casa. As experiências individuais não são casos isolados, pois reunidas demonstram um padrão de violação universal.

Segundo momento: juntarem-se em um espaço todas as mulheres atingidas por aquela barragem. Caso houvesse uma grande distância entre as comunidades havia subdivisão, e encontros de 5 a 6 grupos de mulheres para focar um tema de violações (mundo do trabalho, participação, política, prostituição...). Estes temas relatados viriam a ser estes direitos iriam ser relatados a partir do que elas exercitaram em fazer em casa seus testemunhos individuais. As mulheres identificavam que os relatos dos direitos violados não se diferenciavam. A

conversa permitia às mulheres falar dos conflitos e compreender de onde provêm.

Terceiro momento: as mulheres que passaram pelas oficinas da *arpillera* nacional agora teriam a tarefa de reproduzir com sua base. As *arpilleras* foram ganhando forma da representação da realidade das atingidas **a partir de uma discussão norteadada por perguntas:** “Como tecer estes direitos violados? Qual desenho visualiza esta realidade?”. Para cada seção foi preparado um material de apoio com fotografias, jornais e outros materiais que ajudava a colocar provas, referências dos fatos que seriam passado para os tecidos. As respostas das perguntas feitas para nortear a construção das *arpilleras*, foram transportadas através das agulhas, juta, e tecidos pelo coletivo de mulheres, assim que a *arpillera* vai ganhar forma representando a realidade das atingidas em um modelo que se constrói barragens no Brasil.

No quarto momento: para finalizar a produção a organização de algumas questões para a documentação das *arpilleras*. O título, autora, local, estado, obra de barragem, dimensão de tamanho, data da confecção, nome da pessoa que fez a fotografia. Os blocos temáticos, para fazer as *arpilleras* foram com base no relatório de Direitos Humanos apresentado no CDPHH: Mundo do trabalho; Participação Política; Relação com as construtoras; Convivência familiar e comunitária; Aumento da Violência contra as Mulheres e Acesso à Energia.

Algumas perguntas que orientaram a produção das *arpilleras*: o que acontece nesta *arpillera*, e o que quer transmitir ao público que vai contemplá-la? Qual é o contexto local/nacional que tem levado esta mulher\atingida a confeccionar esta *arpillera*? Existem fatos estatísticos, pesquisa de referência que reforce a mensagem? Foi feito levantamento de informações, fatos e testemunhos individuais, provas de violação para apresentar em qualquer tribunal ou instituição? “As *arpilleras* têm amplamente ajudado neste processo, disponibilizando uma outra linguagem que não é do ‘opressor’, capaz de traduzir a nossa própria realidade, recolhendo o universo feminino e imaterial das nossas perdas e ajudando a (re) escrever as nossas próprias histórias”³⁷.

A seguir 3 exemplos de *arpilleras* do arquivo nacional representadas por eixos diferentes.

A primeira *arpillera* foi produzida pelas mulheres atingidas do Estado de Velho\RO, denunciando a violência sexual às mulheres e principalmente às adolescentes com a chegada das barragens. A *arpillera* faz parte do eixo: Violência contra às Mulheres\Prostituição, *arpillera* Rondoniense, Atingidas de Cadeias (Itapuã do Oeste), Novembro de 2014.

³⁷ MAB, 2015, p. 13.

Fotografia 5 – *Arpillera*: Deita que eu quero



Fonte: MAB, 2014

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: Barragem de Samuel.

Foto: Vinicius Danadai

“Nós trabalhamos nessa *arpillera* no sentido de denúncia a violação dos direitos com a mulher atingida por barragem. Aqui mostramos como que as mulheres sofrem quando não querem fazer sexo forçado, e enchem as mulheres de filhos para ficarem em casa, eles ganham o mundo livre” (MAB, 2015, p. 54).

A segunda *arpillera* produzida pelas mulheres atingidas de Minas Gerais “EPIDEMIA PSICOSOCIAL, Atingidas de Itueta (Vale do rio Doce), novembro 2014. Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Eliezer Batista (Usina de Aimorés)³⁸. A *arpillera* faz parte do eixo: Quebra dos Laços Comunitários e familiares, foi produzida pelas mulheres atingidas da Barragem da UHE Aimorés construída no Rio Doce, na divisa dos estados Minas Gerais e Espírito Santo.

³⁸ MAB, 2015, p. 48-49.

Fotografia 6 – *Arpillera*: Epidemia Psicosocial



Fonte: MAB, 2014.

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Obra: UHE Eliezer Batista (Usina de Aimorés). Foto: Vinicius Danadai.

A Usina Hidrelétrica de Energia - UHE foi construída no **rio Doce**, na divisa dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, atingindo os municípios de **Resplendor**, **Amorés e Itueta**, em MG e **Baixo Guandu**, no Espírito Santo. O eixo da barragem fica no município de Aimorés\MG. A usina funciona a **fio d'água**, com reservatório na **cota de 90 metros**, para a geração de **330MW** de potencia instalada e **191,6MW** de potencia firme. (...) Na área urbana de **Resplendor** foram desapropriados cerca de 247 domicílios (total de 830 pessoas residentes) e computados 52 estabelecimentos comerciais e de serviços. Das **70 propriedades rurais** da área diretamente afetada, 48 localizavam-se na margem da esquerda do rio Doce e 22 na margem direita, sendo 15 do município de Aimorés, 32 de Itueta e 23 de Resplendor. A sede do município de **Itueta**, com **949 habitantes** e **265 casas**, foi totalmente relocada³⁹.

A Hidrelétrica foi construída por um consórcio formado pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, e a antiga Companhia Vale do Rio Doce – CVRD atualmente Vale

³⁹ Ministério público, 2013, p. 7 a 8.

S.A. A Usina de Aimorés causou muitos impactos, o MAB chama atenção que além das perdas materiais que foram grandes existem perdas imensuráveis e irreparáveis e os empreendedores não as leva em consideração.

A barragem e o isolamento da cidade tiveram impactos materiais, mas sem dúvida, existem perdas imensuráveis e irreparáveis que estão ligadas as relações sociais e familiares, processos traumáticos de deslocamento e quebra dos sentimentos de pertença. Segundo relatório aprovado pelo CDDHP (2010), a barragem de Aimorés violou 11 direitos humanos.

A *arpillera* expressa os relatos dos atingidos/as que apontam inúmeros danos sociais e ambientais provocados pela usina. Entre eles, o direito a um ambiente saudável. A saúde teve impactos agressivos, demonstrando graves violações às populações atingidas. A população que vivia perto do rio e tinha água de qualidade depois da construção da barragem a água é de má qualidade quando tem, além de assoreamento dos rios causando proliferação de insetos. As condições de vida pioraram o que causou graves problemas psicológicos como consta no relatório CDDHP:

[um] psicólogo [que trabalha na região] sintetiza: “Falta felicidade, as pessoas não estão felizes. Isso não consegue colocar em número, é fundamental: as pessoas não estão felizes”. Vários são os relatos acerca de uma epidemia psicossocial, descrita como depressão coletiva. Entre idosos, mas também, de maneira marcante, entre jovens. São relatadas 4 tentativas de suicídio, uma das quais, “com sucesso”, expressão irônica e desencantada utilizada por um dos depoentes para descrever o “desenvolvimento que foi trazido para a região. (CDDHP, 2010, p. 69).

Outro impacto na vida das mulheres na construção da Barragem de Aimorés é a perda do trabalho e as dificuldades de adaptação ao trabalho urbano, pois boa parte delas eram camponesas antes da construção da barragem e a relação de trabalho é com a terra.

Eu mexia com decoração de festa, coisas simples. Com o tempo fui melhorando. E o “X” (funcionário do Consórcio) disse que eu não tinha direito a fundo de comercio. Destruíram todas as decorações que eu tinha – 11 conjuntos. Eu já tinha distúrbio aqui. Às vezes não tinha o que dar pra minha filha comer. Minha mãe também tinha um comércio. Deram 4 mil, e disseram pra ela que se não pegasse, não tinha nada.” (MAB, 2011, p. 13).

A terceira *arpillera* feita pelo Coletivo Nacional de Mulheres, agosto de 2014, apresenta cenas com perspectiva de criar condições para as mulheres participarem das lutas como também a luta por independência financeira e acesso á políticas públicas. A *arpillera* faz parte do eixo: Participação Política e relação com as Empresas.

Fotografia 7- *Arpillera*: Mulheres, Água e Energia não são Mercadorias!



Fonte: MAB, 2015

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foto: Vinicius Danadai

“...um homem com uma criança no colo representa a necessidade de dividir o trabalho doméstico e de cuidados; a presença de espaços próprios de auto-organização das mulheres ao redor da bandeira do MAB, para fomentar processos de empoderamento; autonomia financeira para poder tomar as próprias decisões; a reivindicação do direito a lutar e não ser criminalizada; o acesso às políticas públicas, como educação, saúde e transporte público de qualidade; assim como o fim da violência doméstica contra as mulheres que são coagidas e chantageadas dentro de casa(MAB, 2015, p. 26).

Este processo da construção das *arpilleras* de forma intencionalizada, envolveu mais de 900 mulheres de cinco regiões e 14 estados do país, gerando uma produção de mais de 90

arpilleras, sendo 24, delas selecionadas para o acervo nacional, veja algumas delas que não estão no texto no anexo 4. O movimento organizou muitas formas de divulgação do trabalho das atingidas como: exposições, dossiês, lutas, seminários, entre outros⁴⁰.

A primeira experiência de exposição do MAB foi no Memorial da América Latina (São Paulo), no período de 25 de Setembro a 25 de Outubro de 2015, no Salão de Atos Tiradentes. A exposição têxtil *Arpilleras* chamou-se: **Bordando a Resistência**. Foi acompanhada de uma programação de seminários com temáticas gerais: como a violação dos direitos humanos das populações atingidas por barragens, Modelo Energético, oficinas de como fazer *arpilleras* entre outras temas, e uma programação específica para as mulheres: debates em torno da situação das mulheres, mulheres atingidas e políticas públicas. Deram sequência outras exposições nacionais e nas regiões do Brasil. As *arpilleras* encontra-se sob a curadoria do movimento com seus devidos cuidados de preservação.

Estas *arpilleras* conseguiram entre a situação particular das atingidas organizadas apresentar as contradições do Modelo Energético brasileiro, as consequências e efeitos disso sobre as populações atingidas por impactos sociais, ambientais e econômicos e toda a sociedade que sofre com os altos preços da tarifa em forma de memória. Ao mesmo tempo em que revelam o enfrentamento dos atingidos em especial as mulheres no cotidiano massacrante, da falsidade e do egoísmo humano que pensa só em lucro, dentro da totalidade a um modelo de sociedade que define o Modelo Energético no Brasil.

As *arpilleras* produzidas no MAB, apresentadas neste trabalho e demais, mostram as contradições reais do Modelo Energético brasileiro, na lógica capitalista que viola direitos humanos das populações atingidas e da sociedade no direito ao acesso à energia. As *arpilleras* chilenas denunciavam a violação dos direitos humanos com a Ditadura de Pinochet como: pontos de vista sobre a ditadura e a denúncia mensagem de paz e diálogo, situações de vulnerabilidade em relação aos direitos humanos, proposta políticas e apelo a reconciliação e fraternidade. Ambas as *arpilleras* produzidas por estas mulheres chilenas e atingidas, em contextos diferentes, tem semelhanças na denúncia, resistência e luta por direitos e emancipação humana.

A partir destas contradições vivenciadas cotidianamente, as mulheres atingidas continuam se organizando para resistir, lutar pelos direitos e por uma sociedade alternativa ao capitalismo e patriarcado. O MAB afirma que a dívida que estas empresas e o Estado têm com os atingidos é histórica, e esquecida, pois continua construindo barragens no Brasil nestes

⁴⁰ MAB, 2014.

moldes, expulsando gente que não reconhece a pessoa humana e a energia não é de acesso como bem comum para todos\as. Se de um lado as empresas e governos adotam o princípio da mercantilização da água, da energia, da vida das pessoas, “...as mulheres atingidas adotam o princípio da vida, do bem comum, que a água e a energia não são mercadorias, são elementos de soberania, da geração de riqueza e de distribuição sob o controle popular”(Coletivo Mulheres Atingidas Nacional).

A reapropriação desta técnica\experiência que melhor representou a história da realidade das mulheres atingidas, nos interessa apresentar questões que aprofunda seu potencial seguindo a linha que reconhece que as mulheres atingidas que são sujeitas deste processo.

3. 2 Resistência das atingidas *arpilleristas*

Esta técnica interventora que melhor conseguiu representar a história das atingidas denunciando a lógica do Modelo Energético brasileiro, vai para além de uma tradição de um bordado normal. Por isso nos interessa compreender como as *arpilleiras* vinculadas a uma técnica composta por agulhas, um testemunho têxtil, jutas e linhas tem características das artes no campo da Cultura Popular. Neste caso não é objeto deste trabalho aprofundar o conceito de cultura⁴¹. Por agora algumas reflexões de alguns autores que discutiram a cultura na sociedade capitalista, apontando características das *arpilleras* no campo da Cultura Popular, trazendo reflexões que ajude a construir um caminho de apresentação das *arpilleras* como ferramenta de intervenção da realidade de uma sociedade capitalista.

Segundo Eagleton, a palavra cultura por sua vez é complexa e de muitas versões, por isso chama atenção de uma reflexão importante, cuidar da pluralização da palavra, na pós modernidade pode manter aspectos positivos e também negativos quando se abre o leque e desmonta a ideia de cultura para manter formas de opressão como o racismo, “... De uma perspectiva histórica, sempre existiu uma grande variedade de culturas de tortura, essas ações culturais limita a ideia da cultura enquanto autodesenvolvimento do ser humano, não daria

⁴¹ Sodré em sua obra: Síntese da história da cultura brasileira que retrata a história da cultura no Brasil, como: “Conjunto dos valores materiais e espirituais criados pela humanidade, no curso de sua história. A cultura é um fenômeno social que representa o nível alcançado pela sociedade em determinada etapa histórica: progresso, técnica, experiência de produção e de trabalho, instrução, educação, ciência, literatura, arte e instituições que lhes correspondem. Em um sentido restrito, compreende-se, sob o termo de cultura, o conjunto de formas da vida espiritual da sociedade, que nascem e se desenvolvem à base do modo de produção dos bens materiais historicamente determinado. Assim, entende-se por cultura o nível de desenvolvimento alcançado pela sociedade na instrução, na ciência, na literatura, arte, na filosofia, na moral, etc., e as instituições correspondentes. (SODRÉ, 1974, p. 3 a 4).

para caracterizar da mesma forma este facto de como mais um exemplo da colorida tapeçaria que é a experiência humana⁴², as tapeçarias são uma ação cultural feita por um grupo social de resistência tanto as *arpilleras* chilenas como as brasileiras, representaram nelas os conflitos vividos em seu cotidiano.

A palavra cultura teve transformações temporais em seu conceito que aponta caminhos construídos ao longo da história. Um dos significados originais da dela é ocupação com o crescimento natural das sociedades tradicionais, onde a cultura era um meio de se organizarem na política e na vida social, a natureza era a base da produção material “(...) um conceito que deriva da natureza”⁴³, com a evolução do homem no trabalho, surgiram as manufaturas e evoluiu para a produção mecânica de massa, na modernidade e pós modernidade, onde a cultura e a vida social vão ser ligadas pela ideia de mercadoria. É neste significado por último que vamos nos ater.

A ideia de mercadoria já existia antes da sociedade capitalista, mas com o capitalismo ela amplia mais, a intencionalidade desta sociedade é transformar tudo em mercadoria, ela domina o material, também as formas de produção de ideias por meio do trabalho e o modo de vida⁴⁴. “O aparecimento da economia de mercado, no começo deste século, marcou o surgimento da sociedade de consumo na qual, aos poucos atuaria uma indústria cultural, o que resultaria no aparecimento de uma cultura industrializada e comercializada”⁴⁵, nesta lógica a indústria cultural é uma estratégia econômica e um fenômeno do capitalismo que se desenvolveu com a exploração da pessoa humana.

Por Melo, para que a indústria cultural consolidasse precisava que uma massa fosse receptiva e consumista. E esta cultura de massa alienante, onde o consumo é dado pelos donos dos meios de produção dos bens culturais que são da classe dominante⁴⁶, de forma desnecessário em ter crítica, não produz estímulos para que se questione o limite entre o bom gosto, entre o belo e o caricato, entre o superior e o medíocre⁴⁷. Ela é uma das mais

⁴² EAGLETON, 2011, p. 28.

⁴³ EAGLETON, 2003, p. 11),

⁴⁵ MELO, 1982, p. 32).

⁴⁶ A expressão “classe dominante” abrange duas noções, eu Marx e Engels distinguiam, embora não as tivessem explicado sistematicamente. A primeira é a de uma classe economicamente dominante que, em virtude de sua posição econômica, domina e controla todos os aspectos da vida social. Em A ideologia Alemã (vol. I, IA2) essa ideia é expressada da seguinte maneira: “As ideias da classe dominante, isto é, a classe que é a força material dominante na sociedade é, ao mesmo tempo sua força intelectual dominante. A classe que dispõe dos meios de produção material tem controle sobre os meios da produção intelectual.”. A segunda noção é a de que a classe dominante, para manter e reproduzir o modo de produção e as formas de sociedade existentes, deve necessariamente exercer o poder do Estado, isto é, dominar politicamente (MARX, 1818-1883 apud, ZAHAR, sem data, p. 64).

⁴⁷ MELO, 1982, p. 33

demagógicas busca dos nossos tempos, antes de pensar em produzir justiça social e distribuir renda é melhor pensar no que aliena.

Para determinada parte da elite econômica, nada mais lucrativo que tal situação, pois uma população amorfa, passiva, extremamente influenciável, manipulável, estará sujeita à propaganda dirigida. Estabelece-se, por isso, uma eficaz simbiose entre grandes empresas e poderosas agências publicitárias que dominam, elas sim, e não o governo, como vulgarmente se pensa, os sistemas de comunicação, a maioria de rádios, revistas, jornais, produtores de cinema e estações de televisão, pelo menos no que concerne a seu conteúdo cultural ou anticultural (MELO, 1982, p.36).

A indústria cultural mercantiliza a cultura e causa empobrecimento estético e reflexivo do povo, isso se dá porque a classe⁴⁸ que domina introduz nas massas as ideias dominantes. No entendimento de Thompson entende-se a classe como fenômeno histórico que se demonstra nas relações humanas que estão encarnadas em pessoas e contextos reais, a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns, sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens, cujos interesses se opõem dos seus⁴⁹. Se estas classes sociais são distintas a cultura também será. Assim vai se formando uma divisão cultural dominante e dominados. Ou seja vai encontrando materialidade em uma existência de Cultura Dominante que ela revela da exploração nas relações de exploração econômica, exclusão social e dominação política, através de um instrumento de dominação que permite a legitimação desta exploração e dominação que é a ideologia.

Por Chauí a ideologia é o processo pelo qual as ideias da classe dominante se tornam ideias dominantes”, ela detém os meios de produção, os meios de decisão política e a vida social, exerce domínio sobre a outra classe social, os trabalhadores. “Ela se encarrega de produzir uma universalidade com base real para legitimar a luta da nova classe pelo poder” (CHAUÍ, 1991, p.108), é uma manifestação imaginária, ocultando o real, para coincidir com as coisas, justifica-las e para anular as diferenças entre o que pensar, dizer e ser, apagando as

⁴⁸ Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. (...). A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma lógica nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiência parecidas, mas não podemos prejudicar nenhuma lei. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (MARX, 1818-1883 apud, THOMPSON, 1987, p. 9 a 10).

⁴⁹ THOMPSON, 1987, p. 9-10.

contradições e diferenças, fazendo parecer as ideias reais. As ideias podem parecer um reflexo do real, mas não é o real das ideias⁵⁰.

A ideologia é um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas e regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como deve pensar, o que devem valorizar e como valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Ela é, portanto, um corpo explicativo (representações) e prático (normas, regras, preceitos) de caráter prescritivo, normativo, regulador, cuja função é dar aos membros de uma sociedade dividida em classes uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir das divisões na esfera da produção. Pelo contrário, a função da ideologia é a de apagar as diferenças como de classes e de fornecer aos membros da sociedade o sentimento da identidade social, encontrando certos referenciais identificadores de todos e para todos, como, por exemplo, a Humanidade, a Liberdade, a Igualdade, a Nação, ou o Estado (CHAUÍ, 1991, 113 a 114).

A determinação das elites como autoritária, limita entre as relações culturais do povo e os que detêm o poder do estado, suas instituições e também representações que cercam este poder, que legítima, isso se refere à ideologia. E qual a relação do Estado e cultura? Nesta linha de discussão, Ortiz (2006, p.84 a 85), tece reflexões da cultura brasileira até os dias atuais, na provocação da relação do Estado no processo da construção da cultura e identidade brasileira e sugere apreender de forma mais profunda a atuação do Estado na esfera cultural. Aponta que o Estado é um elemento fundamental na organização e dinamização deste mercado cultural, ao mesmo tempo em que nele atua através de sua política governamental. Isto, porém, não deve ser atribuído a qualquer distorção social, mas corresponde à consolidação de um mercado interno de bens materiais que tem características básicas a concentração da riqueza. A distribuição e a criação dos produtos culturais reproduzem as contradições do próprio modelo capitalista brasileiro. Entretanto, é necessário compreender que, paralelamente à marginalização econômica e cultural de parcelas imensas das classes subalternas, se manifesta a expansão de um mercado de bens simbólicos que tem expressão considerável na medida em que possibilita a consolidação das indústrias culturais e reorganiza a política estatal no que se refere à área da cultura.

⁵⁰ CHAUI, 1981, p. 3 a 4.

A partir destas constatações da apropriação da cultura para dominar, buscamos apreender uma das características da Cultura que é a ideia de popular, com seus múltiplos significados. “Cultura popular como agentes e consumidores de bens culturais, insistindo no dualismo de cultura dominante e dominado (...) Reservamos a expressão como Cultura do Povo sua maneira de pensar, agir, saber, tradição oral entre outras”⁵¹. Nesta linha de abordagem de Cultura Popular, Chauí sugeri fazer uma investigação de quais manifestações populares reafirmam a cultura dominante e quais a negam, “cultura povo” e “autoritarismo das elites”⁵².

Tal como afirma Chauí, a cerca do uso da expressão “cultura do povo”, podemos designar como cultura da resistência, na esperança de justiça, de como apresentar elementos mais nítidos a natureza e diferença entre cultura do povo e ideologia dominante (elite)⁵³. Estas possibilidades interpretativas apresentam a complexidade do tema a ser debatido. Dois percursos interpretativos ajudam numa análise de diferenças entre cultura do povo e das elites.

O primeiro que se as culturas expressam diferenças sociais, isso expressa que a sociedade não é unitária e sim dividida, em uma sociedade de classe. Assim o autoritarismo da cultura da elite abateria na cultura do povo de forma necessária para a dominação em uma sociedade de classe. Ao mesmo tempo segrega a Cultura do Povo e unifica um padrão imposto para a sociedade.

Salta aos olhos, então, o caráter paradoxal do autoritarismo das elites, visto que a ideia de padrão cultural único e melhor implica, por um lado, a imposição da mesma cultura para todos e, por outro lado simultaneamente, a interdição do acesso a essa cultura “melhor” por parte de pelo menos uma das classes da sociedade. Assim, negando o direito à existência para a cultura do povo (como cultura “menor”, “atrasada ou tradicional”) e negando o direito à fruição da cultura “melhor” aos membros do povo, as elites surgem como autoritárias por “essência”. Em outras palavras, a expressão “autoritarismo das elites” é redundante (CHAUÍ, 1981, p. 40).

O segundo que o povo repetira a cultura da elite não no mesmo padrão e sim a sua maneira, esta diferença separa o que é a cultura elite modelo e a cultura povo que vai copiar. A grande questão aqui é imposto uma cultura e serve como instrumento de dominação. Então a indagação é se existe contradição ou não em cultura do povo e elite? Se sim um tem negação do outro. Chauí descreve esta parte da seguinte maneira:

⁵¹ MELO, 1982, p. 43.

⁵² CHAUÍ, 1981, p. 62.

⁵³ CHAUÍ, 1981, p. 63.

Todavia, sendo a contradição uma relação intrínseca entre termos, a designação do não-autoritarismo popular exige que este seja uma negação determinada, isto é, exige que encontraremos o lugar onde aquilo que a elite afirma seja exatamente aquilo que o povo nega, e não outra coisa qualquer. Se a negação permanecer indeterminada, se qualquer coisa puder ser vista como recusa ou como oposição do povo à elite, a contradição estará fadada a permanecer na sombra. Para que venha à luz caberia iluminar o espaço onde o que é afirmado por uns é negado por outros (CHAUÍ, 1981, p. 41).

A partir da interpretação de Chauí de conceito de “cultura do povo” como expressões de resistência, as *arpilleras* se encaixa na ideia, pois quem produziu as *arpilleras* foram as sujeitas sociais atingidas que mostraram veracidade do real resistência, reflexões que tem qualidades intrínsecas, tem capacidade de atingir pessoas, causar reflexão, uma obra coerente com a realidade histórica das Mulheres Atingidas por Barragens, com conteúdo de alcance de significado social, apresentando que não se pode aceitar de forma acrítica a existência de contradições entre o que defendemos na esfera pública e o que é nossa vida pessoal. As *arpilleras* não se encaixam em uma reprodução de cultura da elite porque as elites são necessariamente autoritárias, ambas as *arpilleras* produzidas no Brasil e Chile em contextos diferentes as mulheres vivenciaram este autoritarismo.

Em momento que a indústria cultural aliena, as *arpilleras*: Bordando Resistência produzidas no Brasil, representa resistência e denúncia, mostra que não são mercadorias. As mulheres atingidas não deram uma obra que quando fossem visualizadas tinha uma solução histórica futura dos conflitos sociais que descreve, elas tem posição e esta concilia com a produção de criação das *arpilleras* um reflexo dialético da realidade. Estas mulheres resistentes produziram um produto exterior para os olhos de quem vai ver e interior de suas histórias. São elas produzindo sobre si, as consequências das barragens em seu cotidiano com sentimento e acidez, elas sofrem estas violações no seu cotidiano.

As *arpilleristas* foram artistas que, utilizando linha, agulha e juta investigaram, direcionaram e definiram o caráter do processo. Isto já é consciência destas mulheres do artista que tomaram posição, sem fugir daquela realidade ao ser expressada. “Não há grande artista cuja representação da realidade se exprimam, ao mesmo tempo, também as suas opiniões, desejos, aspirações apaixonadas e nostálgicas⁵⁴”

⁵⁴ MARX, 1813-1883 apud, NETTO E YOSCHIDA, 2010, p. 30).

As *arpilleras* produzidas historicamente dialogam com o cotidiano vivido por um grupo social, que apresenta questões econômicas, como conflitos, denúncias, memórias, em determinado contexto histórico. Estes grupos sociais estão demarcado como sujeitos comuns. As atingidas por barragens no Brasil estão inseridas em um grupo social, que é resultados de uma lógica produção de energia dentro da lógica da sociedade capitalista, que visa lucro e não os direitos humanos. As *arpilleras* saem do puro artesanato, por desenvolverem uma técnica integrada com um assunto que afeta diretamente as mulheres, apresentando a luta por direitos, por um Modelo Energético e a construção de uma nova sociedade. Este conteúdo coerente com sua própria experiência prática, embasou nossas reflexões teóricas, para serem discutida no campo da Cultura Popular por representarem uma expressão da cultura do povo.

Em uma sociedade de classes sociais sustentadas na divisão social do trabalho, que separa grupos sociais entre quem trabalha e quem pensa, quem produz e quem apropria, conforme funções diferentes em se seio, como produzir cultura neste mundo burguês com objetivo de desenvolvimento humano? Sendo que o resultado do trabalho garante o sustento humano como também a convivência e desenvolvimento social, as ações como pensar, fazer e sentir são coletivas e constituem a cultura de um grupo social ou um povo.

Se a cultura faz parte do fruto do trabalho e parte da formação da sociedade, ela pode ser fundamental ou asfixiante, para uma cultura de valorização dos indivíduos comprometidos com o bem estar social de todos\as, com os princípios da justiça, valores sociais, coletivo, por uma igualdades que sirva para todos\as, também precisa mudar a sociedade, pensar em outro processo social que não seja esse é pensar em outra práxis social que pauta o fim da propriedade privada e a superação da alienação com a natureza. Uma liberdade que segundo Menegnat é sair do mundo burguês da ideia da educação do trabalho e ter outra projeção de mundo que sejamos livres⁵⁵.

Não vivemos apenas de cultura. Também vivemos a cultura. Os sentimentos, a convivência, a memória, a relação familiar, o lugar, a comunidade, a plenitude emocional, o prazer intelectual e a sensação que tudo tem sentido, são-nos mais próximos do que as declarações de direitos do homem ou os tratados comerciais. Todavia, a cultura também pode ser algo que nos e próximo por pura complacência. Com efeito essa proximidade pode converter-se em algo patológico e obsessivo, a menos que seja inserida em um contexto político lustrado, um contexto que possa moderar essa adesões com compromissos evidentemente mais abstratos mas também, de alguma forma, mais generosos (EAGLETON, 2003, p. 167).

⁵⁵ MENEGNAT, apud, BOAS E PEREIRA,

Se cultura e arte estão interligadas a arte pode reinventar a cultura e toda arte esta integrada na cultura; esta arte nos proporciona fazer a diferença de uma cultura da outra - de elite ou do povo. A construção da arte pode ser cultural com a capacidade de transformação artística então podemos mapear aspectos que transforma. Quais formas não manipuladas pelo capital, podem denunciar estas consequências deformantes desta sociedade na vida cotidiana da classe trabalhadora dentro de sua totalidade, tirando-a da passividade? Apostando que ela pode ser uma forma de tirar as pessoas da submissão e fazer intervenções que altera a realidade, temos muitas experiências artísticas que representam a história de luta de classe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo do estudo aqui empreendido foi de apresentar as contradições do Modelo Energético, a violação dos direitos humanos e a apropriação da energia como mercadoria e não bem social, e como este modelo atinge duplamente a vida das mulheres. Os atingidos\as grupo social que nascem destas contradições em especial as mulheres buscam ferramentas de contestação e uma delas a experiência das *arpilleras* chilenas. Considerando que existe trabalhos com temas da produção das *arpilleras* na América Latina fazendo a relação com memória, cidadania, arte, bordados, entre outros temas, trata de um esforço de apresentar para além do que já se tem produzido sobre o potencial das *arpilleras* como expressão de resistência dentro da Cultura Popular.

Podemos avançar para a discussão com recorte para a “cultura do povo” as expressões artísticas com a potencialidade do marxismo como aporte teórico, como uma atividade\criação humana libertadora ligada às manifestações de ordem estética com linguagens que tem a capacidade de dar respostas a problemas do cotidiano da classe trabalhadora, precisa estabelecer uma relação entre a arte e a realidade das classes sociais e perceber que as classes emergentes podem produzir arte representando seu cotidiano e intervir nele.

A partir da compreensão de qual sociedade é vigente, na discussão por Menegnat, uma das reflexões é que uma produção artística mesmo sendo individual não esta fora da sociedade que em geral é visto pelo senso comum das classes dominantes. Uma produção que tem um conteúdo provém de alguma realidade que tanto o artista como nós vivemos ou seja ele não é um elemento isolado da sociedade. As técnicas que qualquer artista apropria em seu tempo já

foi apropriada por alguém e que foi fazendo parte do desenvolvimento humano e histórico, ou seja o desenvolvimento dos objetos da arte acompanha a história da sociedade. Pensar em arte é pensar a vida social como um todo, esta arte enquanto expressão de um conjunto de matérias, de elementos, de técnicas e de habilidades. “Fazer arte, entender a arte, fruir a arte, ou seja, poder gozar diante dos objetos artísticos, é uma atividade humana absolutamente necessária”⁵⁶.

Neste sentido, considerada que grandes problemáticas sobre a arte de todos os tempos na fundamentação da filosofia não conseguiram serem resolvidas até hoje, futuramente buscarei compreender alguns elementos de investigação que apresentam; alguns problemas de teoria e história da arte marxista, sua concepção materialista da história, à interpretação das manifestações da arte. Mapeei algumas questões a serem aprofundadas no decorrer do estudo sobre a importância das expressões artísticas e os efeitos estéticos, elevando as *arpilleras*, uma forma e conteúdo de resistência do povo:

- Aprofundar o caminho do desenvolvimento do conceito de cultura a partir das referências de autores no campo do materialismo histórico dialético, para compreender os paradoxos de diversidades cultural e características atuais para problematizar as expressões, manifestações culturais do povo e reafirmar a cultura como uma ideia do autodesenvolvimento do ser humano, a experiência das *arpilleras*.
- Problematizar as questões da arte em uma perspectiva marxista com a ideia de humanismo sob a concepção marxista, que para Marx é um dos princípios essenciais da estética marxista, da defesa da integridade do homem contra tudo aquilo que danifica-o, causa a opressão sob a divisão social do trabalho, situando o caráter da concepção marxista do mundo que nada está acima da história ou fora dela⁵⁷. “A perspectiva marxiana, portanto, exige que se veja em toda e qualquer realização humana a sua conexão essencial com o seu tempo, com as condições históricas da sua concretização”⁵⁸.
- Embora nem Marx e nem Engels não produziram um pensamento estético sistemático, estabeleceram as bases e ofereceram material para elaboração de uma estética a partir do materialismo histórico dialético embasada nas concepções teóricas-metodológicas e estas bases contribuíram para que intelectuais problematizassem a arte fazendo a

⁵⁶ MENEGNAT, apud, BOAS E PEREIRA, 2015, p. 16 a 17.

⁵⁷ NETTO e YOSHIDA, 2010, 19.

⁵⁸ KONDER, 2013, p. 42.

relação com a realidade social, a relação da arte e sociedade. Buscar pensadores que fundamentaram experimentaram uma concepção marxista da arte em de uma visão de mundo em seu tempo, adotaram uma postura comprometida com a arte popular, sobretudo de crítica social que norteava algumas reflexões dentro de uma dimensão histórica de classe. Formas de arte que vão ser os referenciais teóricos na perspectiva de juntar luta, história e protagonismo, mostrando que as formas de intervenções da realidade tem que ter distinção social e as características históricas.

Estas questões nos situam a continuidade de valorização da produção das *arpilleras* no MAB e difundi-las para outros setores da sociedade na perspectiva de reafirmar sua importância histórica de ferramenta na luta e resistência das Mulheres Latinas Americanas, mulheres sujeitas. Numa perspectiva marxista acreditamos por tanto que devem serem valorizadas, pois proporcionam conhecimento artístico histórico e político através da sensibilidade artística. Pessoas sensíveis tem mais possibilidade de se apropriar do conhecimento. Estas *arpilleras* nos apresentaram valor à expressão artística de resistência um conhecimento particular que não pode ser proporcionado por outros modos diversos de apreensão da realidade.

Portanto se a estética marxista identifica o maior valor da atividade criadora do sujeito artístico no fato dele assumir em suas obras o processo social universal e torna-lo sensível, experimentalmente acessível; e se, nessas obras, cristaliza-se a autoconsciência do sujeito, o despertar da consciência do desenvolvimento social, nada disso implica uma subestimação da atividade do sujeito artístico, mas elevada do que de qualquer outro critério precedente (MARX, 1813-1883, apud, NETTO e YOSHIDA, 2010, 29).

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAB –Associação Nacional dos Atingidos por Barragens. **As lutas dos atingidos por barragens por direitos humanos**, 2013.

Arpilleras da resistência política chilena de la resistencia política chilena\ curadora Roberta Bacic; apresentação Marcelo Mattos Araújo. São Paulo: Pinacoteca do Estado, 2011.

ANDRADES , María Angélica Benavides. **Las Arpilleras de la memoria. Muestran, Denuncian e recuperan.** Antropologia Simbólica. Barcelona, 1982.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho, São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA – CDDPH. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” – nº 5 26\06, 31\06, 01\07, 02\07, 05\07. Sumário executivo Brasília, DF, Novembro de 2010. Disponível em: http://www.ippur.ufrrj.br/index.php?option=com_content&view=article&id=245:relatorio-do-cddph-sobre-violacao-dos-direitosdos-atingidos-por-barragem&catid=26:eventos-ippur&Itemid=7. Acesso em: 28 de Maio de 2017.

BURKE, Peter. A escrita: novas perspectiva\Peter Burke (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.- (Biblioteca básica).

CACHAPUZ, P.B.B. **O planejamento da expansão do setor de energia elétrica: a atuação da Eletrobrás e do grupo coordenador do planejamento dos sistemas elétricos (GCPS)** – Rio de Janeiro: Centro de memória da eletricidade no Brasil, 2002.

CHAUÍ, Marilene. **Cultura e Democracia**. Editora Moderna, 3º Ed, 1981.

CHAUÍ, Marilene. **O que é ideologia**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1991.

CISNE, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. Mirla Cisne. - - 1.ed. - São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

Cultura, arte e comunicação.\Rafael Litvin Villas Bôas e Paola Masieiro Pereira (organização). – 1ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2015.

CAPARELLI, Sérgio. **Ditaduras e indústrias culturais, no Brasil, na Argentina, no Chile e no Uruguai (1964-1984)**. – Porto Alegre: Ed. Universidade\UFRGS, 1989.

DIAS, Renato Feliciano (Coordenador).**Panorama do setor de energia elétrica no Brasil**. Memória da eletricidade. Rio de Janeiro: Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, 1988.

D' Araújo, Roberto Pereira. **O setor elétrico brasileiro uma aventura mercantil**. Brasília. Conf. 2009.

EAGLETON, Terry. **A ideia de cultura**; tradução de Sofia Rodrigues. 1º Ed. Março, 2003. Título Original inglês: The Idea of Culture

EAGLETON, Terry. **Marx e a Liberdade**\Terry Eagleton; tradução de Marcos B. de Oliveira. – São Paulo: Editora UNESP, 1999.-(Coleção grandes filósofos). Título original: Marx and Freedom. X

GONÇALVES, Junior Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes**. 2007, 416 p. (Tese. De Doutorado em Energia)“ Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto e Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALVES Junior Dorival. **Reestruturação do Setor elétrico brasileiro: estratégia de retomada da taxa de acumulação do capital?** 2002. 246f. (Dissertação em Mestrado em energia). Programa Interunidades de Pós-Graduação em Energia, Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto e Física,

Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GUIMARÃES, J. Geraldo M. Repensando o Folclore. – 1º Ed. São Paulo, 2002.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história** \Eric Hobsbawm; tradução de Cid Knipel Moreira. - São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2013.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. Tradução Perry Anderson. Companhia das Letras, 1994.

KERGOAT, Daniele. Da divisão do trabalho entre sexos, in: HIDRATA, Helena (org.). Divisão capitalista do trabalho. Tempo Social; Revista de Sociologia. São Paulo: USP, 1989.

KATZ, Claudio. Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo. Expressão Popular, São Paulo, 2016.

_____ MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS O modelo energético e a violação dos direitos humanos na vida das mulheres atingidas por barragens. São Paulo: MAB, 2011.

_____ MAB, Documento. Documento MAB: Fotos, São Paulo, 2013.

_____ MAB, Documento: Violação dos direitos das mulheres, São Paulo, 2014.

_____ MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Mulheres Atingidas por Barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular. São Paulo: MAB, 2015.

_____ MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS *Arpilleiras: Bordando a Resistencia*. São Paulo: MAB 2015.

MELO, Osvaldo Ferreira de Melo. **Reflexões para uma política de culturas. Florianópolis:** Editora da UFCS. Editora Movimento, 1982.

NETTO José Paulo e YOSHIDA Cavalcanti. MARX, Karl, 1818-1883. **Cultura, arte e literatura:** textos escolhidos/ Karl Marx e Friedrich Engels: tradução de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida,- - 1º Ed.. - São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NIKITIUK. Repensando o ensino de história \ Sonia M. Leite Nikitiuk (org.). – 3º Ed. – São Paulo, Cortez, 2001. – (Coleção questões da nossa época; v. 52) p.15.

PARRA, Isabel. El libro mayor de Violeta Parra. Madrid: mchay, 1985.

SODRE, Nelson Werneck. **Síntese de História da Cultura Brasileira.**3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1974.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAUER, Ildo Luís. **Sistematização da tese: Caminhando e buscando: contribuições ao um modelo de organização para o setor elétrico brasileiro & Organização da produção e apropriação da energia na sociedade: Reflexões epistemológicas.** Instituto Eletrotécnica e Energia. São Paulo, 2004.

ZAHAR Jorge. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Editora por Tom Bottomore. Rio de Janeiro, sem data.

WINN, Peter. **A Revolução Chilena.** Trad. Magda Lopes. 1º Ed. Editora UNESP, 2010.

_____ Informação retirada do site youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ev2G-o1bGls>: Acesso 15\06\2017.

_____ Informação retirada do site Fundação Violeta Parra. Disponível em: <http://www.fundacionvioletaparra.org/trayectoria>: acesso 03\11\2017.

_____ Informação retirada do site da Agencia Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Disponível em: http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/atlas/energia_hidraulica/4_3.htm. Acessado 03\11\2017.

_____ Informação retirada do site do Jornal Vermelho. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia/177609-1>: Portal Vermelho acesso 04\11\2017.

_____ Informação retirada do site do governo. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/meio-ambiente/2010/11/matriz-energetica>. Acesso 04\11\2017.

_____ Informação retirada do site Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/quem-somos/razao-de-ser?_adf.ctrl-state=1612qcgknp_4&_afLoop=224293531209635#!%40%40%3F_afLo. Acessado 04\11\2017.

_____ Informação retirada da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt> - http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-126/topico-92/Relat%C3%B3rio_S%C3%ADntese_2016.pdf Acessado 05\11\2017.

_____ Informação retirada da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/a-epe/quem-somos>. Acesso 07\11\2017 Modelo Energético.

_____ Informação retirada do site Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Disponível em: https://www.ccee.org.br/portal/faces/pages_publico/onde-atuamos/comercializacao?_adf.ctrl-state=1612qcgknp_4&_afLoop=158899397579162#! Acessado dia 07\11\2017.

ANEXO 1

POR TAPETES INFAMANTES**Ministro ordenó una amplia investigación**

■ Una amplia investigación ordenó el ministro sumariante Carlos Letelier, en torno a la petición formulada por el Ministro del Interior para que se instruyera proceso por infracción a la Ley de Seguridad, en contra de Chinda Pérez de Acuña, la que aparece involucrada en el envío al exterior de tejidos artesanales "con motivos de evidente contenido político antichileno".

La información fue conocida en medios judiciales. Además trascendió que Chinda Pérez, denunciada por el Ministro Sergio Fernández, deberá prestar de claraciones en los próximos días en relación a dos bultos requisados y que tenían los mencionados tejidos artesanales. Uno de éstos, se señala en el requerimiento ingresado a la secretaría en lo criminal de la Corte de Apelaciones, "iba remitido por Chinda Pérez de Acuña, vía Swissair, a la ciudad de Basilea, Suiza, cuyo destinatario era Ema Acuña P., con domicilio en Wollmattweg 6, Dornach 4.143, Suiza".

En el escrito también se pide la instrucción de proceso "de todos aquellos que pudieren aparecer involucrados en los hechos denunciados". Se agrega que los dos bultos en cuestión "fueron entregados por la administración de Aduana de Pudahuel a los

servicios de seguridad", y que "la responsabilidad de la mencionada persona, y de todos aquellos que aparezcan como responsables de los referidos delitos, emana del documento de la Central Nacional de Informaciones, el cual se acompaña en el primer otrosí", del respectivo requerimiento.

ANEXO 2

Metodologia: “Como fazer uma arpillera?”**A base, o lenço**

Estão montadas em suporte de aniagem, juta. Pano rústico proveniente de sacos de farinha ou batatas, geralmente fabricados em cânhamo ou linho grosso. Este suporte é o que determina o nome e o tamanho desta expressão artística popular. O saco era lavado e cortado em seis partes, possibilitando assim que o mesmo úmero de mulheres bordasse sua própria história, da sua família e comunidade. Além disso, o tamanho era muito prático, já que ao ser pequeno podia se ocultar embaixo das roupas para ser transportado. Nós utilizaremos para cada grupo um pedaço de juta com a medida standar das arpilleras chilenas: 60 X 40 cm

Os tecidos

As arpilleras se fazem com “o que tem”. As telas que dão forma aos elementos da arpillera são sempre restos de tecidos, roupas velhas... Muitas vezes as roupas utilizadas pertenciam aos desaparecidos, presos, exilados ou mortos da família da mulher que as utilizava. É interessante que os participantes tragam algum tecido que tenha um significado especial para eles para ser incorporando no trabalho.



A costura

Toda a costura é feita à mão, utilizando agulhas e fios. Os pontos são muito simples e na oficina mostraremos como fazer estes pontos a aqueles/as participantes que não saibam costurar. Às vezes são adicionados fios de lã à mão ou em crochê, para realçar os contornos do marco, como se fosse um quadro, em tanto que as arpilleras eram feitas para ser exibidas, não para cumprir nenhuma outra função como dar calor, fazer uma bolsa...



Os personagens

Incorporam bonecas e bonecos tridimensionais que as fazem especiais, ajudam a pessoalizar e dar vida aos personagens, que além de representar pessoas concretas, com nome próprio, simbolizam o coletivo, fatos que atingiram a toda a comunidade.

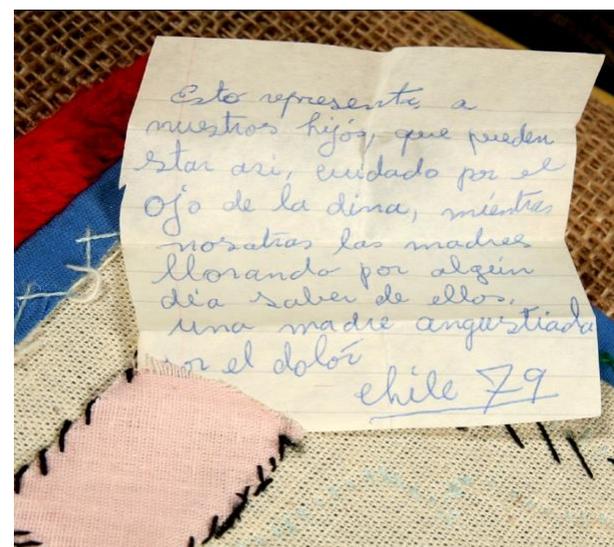
Os símbolos



Existem elementos presentes em quase todas as arpilleras: A cordilheira dos Andes como elemento de identidade e unidade de todos os chilenos. O sol como elemento de universalidade já que sai e brilha para todos. E as casas coloridas representando o calor e a seguridade do lar. Nós teremos que construir e elaborar o nosso próprio simbolismo. É muito importante neste ponto a escolha das cores, das texturas, tocar os materiais para ver o que nos transmitem...

O bolso e a mensagem

Muitas das arpilleras incorporavam na parte traseira um bolso que continha uma mensagem escrita a mão, na qual a mulher que elaborou a arpillera escrevia alguma coisa sobre a sua historia pessoal, sobre o que queria representar na arpillera ou sobre as difíceis circunstancias nas



que vivia. Nós utilizaremos este recurso para reflexionar após da criação da arpillera do processo como um todo, para elaborar uma narrativa verbal.

ANEXO 3

Eixo: Violência contra às Mulheres\Prostituição. BOATE XINGU. *Arpillera* paraense, Atingidas de Altamira, Dezembro de 2014.



Fonte: MAB, 2014

Nota: Coleção Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB). Obra: UHE Belo Monte.

Foto: Vinicius Danadai

Eixo: Água e Energia. A PAZ QUE NÓS LUTAMOS. Arpillera paulista, Atingidas do Vale do Ribeira, Setembro de 2014:



Fonte : MAB, 2014

Nota: Coleção Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB).

Obra Tijuco Alto, Funil, Batata e Itaoca (SP). Foto: Vinicius Danadai

Eixo: Mundo do Trabalho. A DUPLA VIOLAÇÃO DO TRABALHO DAS ATINGIDAS.
Arpillera brasileira do Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto, 2014.



Fonte: MAB, 2014

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB).

Obra: UHE, Irapé MG. Foto: Vinicius Danadai.

Eixo: Acesso à Políticas Públicas\Direitos Básicos. DIREITOS JÁ. *Arpillera* brasileira feita pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, Agosto de 2014.



Fonte: MAB, 2014

Nota: Coleção do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Foto: Vinicius Danadai.